

AVISO AO USUÁRIO

A digitalização e submissão deste trabalho monográfico ao *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia* foi realizada no âmbito do Projeto *Historiografia e pesquisa discente: as monografias dos graduandos em História da UFU*, referente ao EDITAL Nº 001/2016 PROGRAD/DIREN/UFU (<https://monografiashistoriaufu.wordpress.com>).

O projeto visa à digitalização, catalogação e disponibilização online das monografias dos discentes do Curso de História da UFU que fazem parte do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS/INHIS/UFU).

O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos seus autores, a quem pertencem os direitos autorais. Reserva-se ao autor (ou detentor dos direitos), a prerrogativa de solicitar, a qualquer tempo, a retirada de seu trabalho monográfico do *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia*. Para tanto, o autor deverá entrar em contato com o responsável pelo repositório através do e-mail recursoscontinuos@dirbi.ufu.br.

EUCLIDES ANTUNES DE MEDEIROS



TRABALHO E RELAÇÕES SOCIAIS:
TRANSFORMAÇÕES E LUTAS, CONQUISTAS E PERDAS
UBERLÂNDIA 1970/1999

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

SETEMBRO/99

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO, PESQUISA EM HISTÓRIA E CIÊNCIAS
LABORATÓRIO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

CAMPUS SANTA MÔNICA - Bloco 1 Q (Antigo Mineirão)
AV UNIVERSITÁRIA S/N - UFMG

38400-902 - UBERLÂNDIA - M.G. - BRASIL

1.592

EUCLIDES ANTUNES DE MEDEIROS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA EM HISTÓRIA CONIS
CAMPUS SANTA MÔNICA - Bloco 1 Q (Antigo Mineirão)
AV. UNIVERSITÁRIA S/N.
38400-902 UBERLÂNDIA - MG

**“TRABALHO E RELAÇÕES SOCIAIS:
TRANSFORMAÇÕES, LUTAS, CONQUISTAS E PERDAS
UBERLÂNDIA 1970-1999”**

MONOGRAFIA APRESENTADA COMO PRÉ-
REQUISITO PARA CONCLUSÃO DO CURSO
DE HISTÓRIA E AQUISIÇÃO DA GRADUAÇÃO
EM BACHARELADO E LICENCIATURA PLENA
PELO GRADUANDO EUCLIDES ANTUNES DE
MEDEIROS, SOB A ORIENTAÇÃO DO PROF.
Dr. PAULO ROBERTO DE ALMEIDA NO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

SETEMBRO/1999

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Paulo Roberto de Almeida, pela orientação respeitosa e pela liberdade de escrita e opinião que me propiciou.

Aos professores Antônio de Almeida e Christina da Silva Roquette Lopreato pelo aceite em participarem da banca examinadora . É uma honra poder contar com tão preciosa colaboração neste momento importante da carreira acadêmica. Agradeço especialmente à professora Chistina Lopreato por ter me aconselhado nos momentos difíceis. Graças a esses é que permaneci no curso.

Aos colegas Edmilson Lino e Luciene Alves pela contribuição com suas fontes e por terem discutido comigo seus trabalhos.

A todos os colegas de curso por estarem juntos nos momentos bons e ruins da graduação, especialmente aos amigos Luiz Carlos, Eduardo, Marcos, Reinaldo, Antoniette, Ana Paula e Heleno.

À minha querida mãe que, apesar de todas as adversidades, sempre lutou para que os filhos pudessem permanecer na escola.

À minha amada esposa, pelo companheirismo e amor grandioso que ajudou a suportar as adversidades durante a graduação.

DEDICATÓRIA

Ao meu querido pai, que no momento em que dedicava-me ao segundo capítulo desta monografia, partiu para o plano espiritual.

Meu pai, sei que onde está agora está melhor do que nós e sei também que já me perdoou por tudo que deveria ter feito, tudo que poderia ter dito, enquanto filho, e não fiz. Que Deus abençoe sua alma.

TERMO DE APROVAÇÃO

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Antônio de Almeida

Prof^a. Dr^a. Christina da Silva Roquette Lopreato

ORIENTADOR

Prof. Dr. Paulo Roberto de Almeida

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	
TRABALHO: ainda uma categoria chave?.....	01
 CAPÍTULO 1	
INFORMALIDADE: Uma questão.....	15
 CAPÍTULO 2	
O PENSAMENTO E AS PRÁTICAS DOMINANTES:	
As relações de trabalho.....	35
 CAPÍTULO 3	
OS SIGNIFICADOS DAS TRANSFORMAÇÕES NAS	
RELAÇÕES DE TRABALHO: os dois lados da moeda.....	54
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	82
 FONTES.....	86
 BIBLIOGRAFIA.....	91

APRESENTAÇÃO

TRABALHO: ainda uma categoria chave?

“Ao final do mais extraordinário período de transformação nos assuntos humanos, os velhos pontos de referência desapareceram, os novos ainda não são reconhecidos como tais, e a aventura intelectual através da paisagem repentinamente alienada da sociedade humana torna-se extraordinariamente enigmática para todos”

(Eric J. Hobsbawm)

“Vendo o passe! Vendo o Passe do ônibus! Quem comprar ajuda!!!”

Assim um homem apregoa a mercadoria que vende na principal praça da cidade. Seu último apelo é esclarecedor: “quem comprar ajuda”. Adquirindo sua mercadoria no “mercado paralelo” (de estudantes e trabalhadores que têm a passagem de ônibus parcialmente subsidiada – passe escolar e vale transporte, respectivamente) por alguns centavos abaixo do preço praticado pela empresa de transporte local, ele não tem outra opção senão apelar pela “ajuda” dos usuários do sistema de transporte, uma vez que vende o passe pelo mesmo valor vendido pela referida empresa. E quantas vezes, nós, trabalhadores incluídos (ainda) no dito mercado de trabalho formal, nos sentimos constrangidos pela sua insistência... “quem comprar ajuda!”... Esse é apenas mais um dentre os milhares de trabalhadores que compõem o chamado mercado de trabalho informal em nossa cidade.

Pretendo, ao longo desta monografia, dissimular a separação, colocada invariavelmente de forma estanque, entre mercado de trabalho formal e mercado de trabalho informal. E se abro a discussão com a apresentação de uma personagem (real), no caso um vendedor ambulante, já “cristalizada” pelo senso comum como pertencente à informalidade, é justamente para chamar a atenção para o fato de que este sujeito não é “ambulante”, ele **está** incluído nesta categoria, e sua opção em permanecer nela dependerá de muitos fatores, subjetivos e objetivos, que pretendo discutir no bojo deste trabalho.

No mesmo local havia outro “ambulante” que apregoava: *“olha a coxinha quentinha e temperadinha! Quem vai querer?”*. Este, pude vê-lo por dois anos sempre no mesmo local e muitas vezes o ouvia comentar com orgulho e indisfarçada alegria, junto aos demais ambulantes da praça, que sua esposa fazia o “melhor salgado da cidade” e que, “se Deus quisesse”, ele teria sua quitandaria própria. Sua alegria, infelizmente, não teve uma duração muito longa: acerca de um ano, ele abordou-me (e tive a nítida impressão que não se lembrava do fato de algumas vezes termos conversado sobre seu trabalho) com o semblante alquebrado pedindo uma “ajuda” para comprar medicamentos para a sua esposa. Ele estava na mendicância, fato que pude comprovar no decorrer dos dias seguintes.

Uma das costureiras que entrevistei quando da realização do projeto de pesquisa “O Informal Pelo Formal: Trabalhadoras Costurando Sua História”, pude vê-la ocupando a função de “faxineira diarista”, recentemente.

Segundo me declarou, *“o que mais queria era voltar aos tempos onde tinha o emprego garantido”*...

São vidas que são modificadas, sonhos interrompidos, protelados ou mesmo jogados por terra e, muitas das vezes, nunca mais retomados.

Estão aqui, às nossas vistas, alguns exemplos do subproduto gerado a partir das transformações nas relações de trabalho verificadas nos mundos do trabalho nas últimas três décadas: degradação profissional; queda no padrão de vida dos trabalhadores; em muitos casos, **miséria**.

Cabe neste momento uma questão: se este subproduto é caracterizado pela degradação do padrão de vida dos trabalhadores, por que o discurso da desregulamentação das relações trabalhistas se apresenta com tanta força atualmente ao ponto de mesmo as instâncias organizativas dos trabalhadores travarem suas lutas dentro deste “agendamento”?

Percorrendo a construção das transformações nas relações de trabalho, buscando os significados destas é possível perceber que a fragmentação da própria classe trabalhadora (tomada aqui enquanto conceito caracterizador de uma “massa” relativamente homogênea de trabalhadores vinculados a um sistema fabril) é responsável, senão totalmente mas de forma significativa, pelo “submetimento” da discussão no seio dos trabalhadores organizados aos ditames desta desregulamentação promovida pelo capital por meio de seus representantes entrincheirados no reduto que sempre foi o quartel general de suas operações: o Estado.

Esta fragmentação, longe de significar uma pulverização total da classe trabalhadora, que tornaria impossível até mesmo utilizar o conceito de classe para designar o conjunto dos trabalhadores, aponta para três blocos constitutivos da classe na atualidade.

Remanescente do sistema de fábrica fordista mas tendo que lidar com a chamada revolução tecnológica (informática e robótica), tem-se o conjunto de **trabalhadores estáveis e com garantias**. São aqueles que têm relativamente garantido o emprego, conseguem manter a redução do nível salarial em um patamar suportável ou até mesmo a manutenção deste nível salarial a partir da manutenção de organizações sindicais e das negociações coletivas das condições de trabalho.

Outro conjunto é constituído pelos **trabalhadores instáveis** no seio do qual percebe-se várias subcategorias: os **trabalhadores terceirizados** ou **subcontratados** que sofrem diretamente as oscilações do mercado de consumo uma vez que são utilizados pelas pequenas e micro-empresas de acordo com o montante de encomendas que recebem das grandes empresas; os **trabalhadores em domicílio**, geralmente constitutivos também da subcategoria anterior, remanescente de antigas formas de produção que remontam aos primeiros estágios da produção capitalista e que agora experimentam novo impulso com a desestruturação do “modelo fordista” de se produzir; os **trabalhadores em tempo parcial** que são aqueles contratados para funções geralmente exercidas fora da rotina normal de uma empresa como os trabalhos noturnos. Exemplo dessa modalidade são os trabalhadores

do setor de compensação de cheques de um banco. Geralmente estes trabalhadores são alijados dos benefícios que alcançam os trabalhadores em tempo integral; os **trabalhadores temporários** (contrato por tempo determinado) que se em determinado momento eram mais encontrados no serviço público, atualmente existe uma tendência de expandir essa modalidade para outros setores, inclusive no setor produtivo; os “**trabalhadores subterrâneos**” sobre os quais pouco tem se discutido e são aqueles que tentam driblar o desemprego trabalhando como vendedores ambulantes, prestadores de serviços ao comércio ou à particulares, realizando pequenos contrabandos.

E, por último, o conjunto claramente visível formado pelos **trabalhadores excluídos** do mercado de trabalho. Este conjunto é constituído basicamente por idosos, jovens e trabalhadores sem qualificação e de setores da produção em declínio. Experimentam o desemprego de “longa duração”, geralmente experimentam as “atividades subterrâneas” e em muitos casos caem em miséria absoluta⁽¹⁾.

É o contexto dessa fragmentação da classe trabalhadora, caracterizada pelos três conjuntos acima, que engendra novas relações sociais e ao mesmo tempo é dinamizada por estas no sentido de configurar as transformações nas relações de trabalho em Uberlândia da década de 70 até a atualidade, que constitui meu objeto de pesquisa. É dessas relações sociais

¹ Uma excelente caracterização destas categorias de trabalhadores e das implicações que as mesmas trazem para o movimento operário europeu atualmente é encontrada em BIHR, Alain. **DA GRANDE NOITE À ALTERNATIVA: o movimento operário europeu em crise**. São Paulo: Bomtempo Editorial, 1998. Apesar da obra se referir a situação do mundo do trabalho na Europa, tomei emprestadas suas definições no que se referem a estas categorias de trabalhadores uma vez que, respeitando-se as especificidades locais, elas se aplicam perfeitamente as transformações nas relações trabalho vivenciadas no Brasil.

que emergem da experiência destes três conjuntos de trabalhadores em luta (ora explícita, ora velada) com o empresariado e o poder do Estado que pretendo tratar nesta monografia.

Conforme já mencionei, pretendo aqui trabalhar a problemática da conceituação do que vem a ser mercado de trabalho “formal” e mercado de trabalho “informal”, no contexto da reestruturação produtiva e da flexibilização das relações de trabalho.

Entretanto, Inicialmente penso ser necessário colocar alguns “pingos nos is” abordando uma questão que, desde que houve a “derrocada do socialismo”, a queda do muro de Berlim e o fim da guerra fria, tem sido discutida no meio acadêmico (as vezes de forma leviana). Esta questão se refere a categoria trabalho enquanto elemento possível de se explicar a dinâmica das relações sociais.

Em primeiro lugar ela jamais foi uma categoria “chave” que desse conta sozinha, dessa dinâmica. Se o marxismo por um período significativo a considerou assim, havemos de contextualizar esta produção no seu devido tempo histórico e reafirmar (nunca é demais bater nesta tecla) que os homens são produto de sua própria época. Seria impossível explicar as relações sociais por outro viés que não pela luta de classes, de forma estanque, como fez o marxismo ortodoxo, uma vez que estas davam-se no campo da disputa entre proprietários dos meios de produção e vendedores de mão de obra, numa sociedade que não apresentava um grau de complexização tão avançado como na atualidade.

Em segundo lugar, não é por que as transformações na estruturação da sociedade, efetivamente ocorreram e, conseqüentemente, houveram transformações na composição das classes que a constitui e ainda nas relações de trabalho, que a luta de classes deixou de existir. Ela apenas passou a se expressar também em outros campos, antes não percebidos ou mesmo não estudados. E se o trabalho é um componente desta luta, e faço questão de afirmar – um componente fundamental – não se deve abandonar esta categoria de análise se a pretensão do pesquisador é compreender a dinâmica das relações sociais.

Muito se tem produzido no meio acadêmico brasileiro no que tange as relações sociais e, sem dúvida, novos campos de estudos, novos temas, novas abordagens têm emergido do discurso acadêmico discutidos em obras de peso de significativo valor para a construção do conhecimento nas áreas das humanidades.

Entretanto, dentre estas, desde as que enveredaram pelos caminhos das mentalidades, do Gênero, da cultura (pela cultura) até os que viram na obra de E. P. Thompson a panacéia para as “mazelas do marxismo ortodoxo”, fazendo do conceito de “experiência” o campo privilegiado da discussão dando-lhe uma autonomia perniciosa em relação ao todo social, muitas têm se esquecido que as condições de vida da maioria da população tem se deteriorado, que a concentração da renda tem aumentado, que o número de “excluídos sociais” já constitui uma parcela significativa da sociedade, enfim,

têm esquecido, ou se negam a enxergar, que a luta de classes está mais sangrenta que à época de Marx.

É conveniente aqui retomar as palavras de Viviane Forrester que soam quase como uma súplica:

“Como é que nós chegamos a essas amnésias, a essa memória lacônica, a esse esquecimento do presente? O que aconteceu para que grassassem tanta impotência de uns, tanta dominação de outros? Tanta aquiescência de todos para uma como para a outra? Tanto hiato? Nenhuma luta, a não ser aquela que reivindica sempre mais espaço para uma economia de mercado, se não triunfante, pelo menos onipotente, que certamente tem sua lógica, mas à qual não se confronta nenhuma outra lógica. Todos parecem participar do mesmo campo, considerar o estado atual das coisas seu estado natural, como o ponto exato onde a história nos esperaria”.⁽²⁾

Em nome da valorização de temas antes não pesquisados relega-se ao esquecimento obviedades. Em nome de novos estilos, em nome da estética narrativa, obscurece-se a realidade tão palpável, tangível na miséria, na dor, no desespero de milhões de seres humanos, que, apesar de participarem da “sociedade do não-trabalho”, do “pan-classismo”⁽³⁾, são marginalizados exatamente por não terem trabalho e por não estarem “incluídos” numa classe social “produtiva”. Em nome do novo, da procura de novos paradigmas são produzidas obras “lights”, que apesar de inegável esmero estilístico, muitas vezes são compostas em linguagem criptografada, quase inexpugnável, só compreendida por um círculo restrito enclausurado nos muros das

² FORRESTER, Viviane. O HORROR ECONÔMICO. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997, p. 22

³ Estes dois termos, não-trabalho e pan-classismo, são freqüentemente utilizados por aqueles que advogam que a categoria trabalho não tem mais nada contribuir para o entendimento das relações sociais.

universidades, mas onde a crítica da problemática social não dá o ar de sua graça.

Neste sentido Emilia viotti nos convida a uma reflexão:

“(...) é necessário dar ouvidos a essa crítica que hoje se ergue contra as tendências da historiografia contemporânea. É preciso que se reconheça a necessidade de trabalharmos na direção de uma nova síntese. Isto parece tanto mais necessário quando se pensa do ponto de vista das sociedades latino-americanas, em que as modas historiográficas européias ou americanas se reproduzem não necessariamente como resultado das perplexidades nascidas das condições estruturais internas, mas como produto de importação de modas intelectuais nascidas de outras realidades. Esse fenômeno muitas vezes rotulado de dependência cultural tem apenas se acentuado num mundo em que não só a economia como o próprio trabalho intelectual é cada vez mais internalizado e em que esse processo de internacionalização continua em grande parte a passar pelos centros hegemônicos de produção cultural. (...) Mas é preciso que passemos da posição de passivos consumidores de categorias interpretativas para a de produtores e para isso é necessário uma avaliação crítica do que é produzido em outras partes do mundo – tanto no centro como nas periferias, remetendo as categorias às circunstâncias de sua criação, analisando as semelhanças e diferenças de processos históricos específicos para então se indagar da validade da aplicação dessas categorias as nossas realidades”.⁽⁴⁾

Face às preocupações expostas até aqui, penso ser premente a retomada do tema trabalho enquanto categoria que possibilita a compreensão das relações sociais. Compreender as transformações ocorridas nos mundos do trabalho é vista aqui como uma possibilidade de recuperar a dimensão da exploração do homem sobre o homem enquanto fenômeno que engendra uma variedade de relações, sejam nos campos político, econômico e cultural, sejam

⁴ COSTA, Emília Viotti da. “A Dialética Invertida”. In: REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA, São Paulo: ANPUH/Marco Zero, vol. 4, nº 27, 1994, p. 23.

expressas nas instituições ou na vida cotidiana dos sujeitos que experimentam estas transformações, pertençam estes à classe social x ou y.

A partir desta preocupação, e No que se refere as transformações nas relações de trabalho em Uberlândia estive trabalhando nos anos de 97 e 98 com uma categoria específica de trabalhadores, no caso, as costureiras do setor de confecções, onde a preocupação inicial era entender a partir do chamado “mercado de trabalho informal”, os significados das transformações ocorridas nas relações de trabalho dos anos setenta até o momento, e como estas transformações se constituem em um dos componentes da argamassa que constróem a cidade, seja a nível do discurso sobre a mesma, seja a nível material, ou seja, como estas transformações vão moldando a cultura material da cidade, as formas de viver e trabalhar das pessoas, como as relações entre capital e trabalho criam e recriam possibilidades de atuação das classes sociais que a compõem. O setor estudado tem se configurado para mim, face aos resultados obtidos, como um interminável “perde e ganha” entre essas classes, (digo classes uma vez que a complexidade é enorme – desde o “trabalhador tradicional” até o que eu chamo de “trabalhador-pequeno-proprietário”) onde as estratégias de umas são sempre reelaboradas por outras no sentido de se adequar ou resistir (ou um misto destes dois elementos) às mesmas.

Entretanto, se por um lado avancei na compreensão do mercado informal enquanto instância onde se dá essa dinâmica conflituosa, por outro, fiquei preso à minha própria questão, ou seja, ao eleger o “mercado informal de trabalho” como locus privilegiado da pesquisa e partindo das experiências

dos trabalhadores dentro desta atividade acabei por “descolar” meu objeto de uma realidade mais ampla, qual seja, a própria lógica capitalista de produção.

Um dos problemas que originaram este descolamento deu-se devido ao fato de ter privilegiado inicialmente as fontes orais buscando apreender os significados das experiências das profissionais do setor de confecções no contexto das transformações das relações de trabalho e como que estas relações constróem a dinâmica das relações sociais na cidade.

No início acreditava que as fontes orais, e por extensão a memória destas trabalhadoras, seria, senão o único, mas o instrumento chave para dar conta destas experiências. Com o desenvolvimento da pesquisa percebi, entretanto, que este instrumento se tornaria inócuo se não fizesse um cruzamento com outras fontes.

Esta percepção deu-se a partir de uma primeira constatação (que é óbvia) de que as experiências dos trabalhadores são forjadas numa relação direta com aqueles que, diferentemente destes, têm acesso a outras formas de registro, além da oralidade, no caso, o empresariado. Outra constatação, que deu-se no transcorrer da pesquisa é de que apenas cruzando as contradições existentes nos depoimentos de trabalhadoras e empresários não conseguiria sanar o problema de contextualizar meu objeto no que tange às transformações nas relações de trabalho a nível conjuntural e estrutural.

Foi a própria fonte oral que me indicou a falha: nos depoimentos dos trabalhadores notei uma “ausência” de elementos que apontassem para essa relação direta. As falas expressavam muito o cotidiano do trabalho em si,

a relação pessoal entre as costureiras, as dificuldades com a família, as formas de exploração do trabalho e as transformações nas relações de trabalho apareciam como que descoladas de uma conjuntura mais ampla no que se refere as ações do empresariado e do poderes instituídos.

As experiências das trabalhadoras eram apresentadas de forma individualizada, estanque em si mesma. Sem dúvida a visão das trabalhadoras sobre o processo estudado me dava parte do que eu buscava: exatamente a sua visão.

Entretanto, para uma compreensão mais ampla do objeto fazia-se necessário buscar a visão daqueles que constituem o “outro lado da moeda”. Novamente me vali da fonte oral entrevistando alguns empresários do setor. Tinha agora, então, duas visões do processo.

Porém, apenas isto não me pareceu o suficiente, uma vez que, nestes depoimentos, a visão do empresariado aparecia, propositadamente, ufanista em relação as transformações nas relações de trabalho. Não apareciam contradições. Estas só me foi possível encontrar nos projetos, panfletos, contratos de trabalho, matérias jornalísticas (revistas especializadas como *Flasch*, *D’istake*, etc.) onde apareceu claramente uma preocupação do empresariado em reverter as práticas das costureiras em busca de autonomia em seu favor. Reorganizar o que estava “desorganizado” e portanto, fugindo ao controle da lógica das relações capitalistas.

O SEBRAE em conjunto com a ACIUB apareceu neste momento como as instituições que assumiam a função desta reorganização.

Treinamentos e cursos para empresários e trabalhadores, assessoria a micro-empresas, projetos de mini-polo empresariais são algumas das ações empreendidas por estas instituições no sentido de tentar disciplinarizar a força de trabalho do setor de confecções revertendo o saber, as práticas, a autonomia buscada pelas costureiras em favor do empresariado.

A partir destas constatações me propus então repensar a própria noção de “mercado informal de trabalho”. Como ele se configura, em que medida ele é um elemento constitutivo do capitalismo, ou seja, inerente a este, e quais as formas que ele assumiu historicamente.

Foi isso que me levou a reformular minha proposta de trabalho que estive desenvolvendo do ano de 98 até o momento: partindo não mais apenas das experiências dos trabalhadores e empresários expressas por suas falas mas também procurando indícios a partir destas fontes e cruzando-as com outras que me remetessem a uma conjuntura mais ampla.

Nesse sentido, ampliei a forma de trabalhar e, apesar de não ter abandonado a categoria costureira busquei outras categorias de trabalhadores no sentido de poder apreender o que se apresenta como genérico para os trabalhadores no que tange as transformações nas relações de trabalho. Passei, também, a trabalhar outras fontes, no caso, documentos escritos, pelos motivos citados acima.

No primeiro capítulo farei uma abordagem acerca de como o binômio formal/informal, no plano conceitual, é utilizado atualmente como mascaramento da degradação das relações de trabalho e como as

transformações nas relações de trabalho nas últimas três décadas foram se constituindo.

No segundo capítulo procuro investigar como têm sido pensadas e implementadas as políticas empresariais na cidade no que se refere às transformações nas relações de trabalho, qual a inserção destas no contexto da economia nacional e quais as práticas têm sido implementadas localmente.

No terceiro busco apreender as experiências dos trabalhadores face as referidas transformações evidenciando os significados atribuídos pelos mesmos à estas transformações no que se refere às condições de vida, de trabalho, aos seus valores de identidade, as representações ideológicas engendradas por esta experiência, enfim, apreender os sentidos que tem para os trabalhadores a dinâmica das relações sociais aqui estudadas.

Capítulo 1

“INFORMALIDADE”: Uma questão

Uma questão a que tenho me dedicado ao longo dos últimos três anos de pesquisa refere-se noção de informalidade presente nas relações de trabalho.

Retomemos os sujeitos vendendo o vale-transporte, os salgadinhos maravilhosos da esposa, assim como tantos outros vendedores, de bugigangas a eletro-domésticos, ou ainda aqueles que fazem de seus lares o local de trabalho vendendo sua força-de-trabalho para empresas “legalmente” constituídas.

Seriam estas atividades, modalidades recentes de trabalho? Representariam elas “alternativas” buscadas pelos trabalhadores no sentido de fugir ao jugo do capital? Ou, por outro lado, representaria uma “opção forçada” pelo sistema sobre aqueles que não têm mais opções de inserção dentro do mesmo?

Para responder estas questões iniciais é necessário investigar como a informalidade se constituiu no interior das relações capitalistas de produção e como tem sido utilizada em diferentes contextos históricos no que se refere ao desenvolvimento destas relações.

Segundo Lorena Holzmann da Silva discorrendo sobre o trabalho a domicílio, considerado atualmente como uma modalidade informal:

“No início da Revolução Industrial, foi uma forma bastante generalizada de organização da produção, consistindo no chamado putting out system. Marx (1972) examinou-o detalhadamente e registrou as precárias condições de trabalho e de remuneração às quais estavam submetidos os trabalhadores nele inseridos. Partes ou etapas da produção de um artigo eram distribuídas por um agente do empresário capitalista entre trabalhadores geograficamente dispersos, que trabalhavam em suas próprias casas, com prazos determinados para a entrega do produto, sendo remuneradas por tarefas. Em geral apenas uma pessoa era contratado e remunerado, mas, para que os prazos de entrega pudessem ser observados, fazia-se necessário o envolvimento de todos os membros da família, inclusive crianças, resultando na exploração desmesurada da força-de-trabalho”.⁽¹⁾

Quanto à forma pela qual é executado, principalmente no que se refere a utilização da mão-de-obra infantil, o atual sistema de subcontratação verificado, por exemplo, no setor de confecções em Uberlândia guarda ainda algumas semelhanças com o passado, com o extinto *putting out system*. Neste caso o sistema é denominado de “facção”.

No caso, as empresas contratam as costureiras que recebem as peças de roupas cortadas sendo pagas apenas para “fecharem” as mesmas⁽²⁾. No caso de camisetas, por exemplo, recebem em média trinta (30) centavos por peça, sendo que esta chega ao consumidor por um preço que varia entre 4 à 15 reais. Várias costureiras afirmaram ser necessário trabalhar até altas horas

¹ SILVA, Lorena Holzmann da. “Trabalho a Domicílio”. In: CATTANI, Antonio David (org.). **TRABALHO E TECNOLOGIA: DICIONÁRIO CRÍTICO**. Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: Ed. Universidade, 1997. p. 275.

da noite para cumprirem os prazos de entrega bem como a utilização da ajuda dos filhos, geralmente adolescentes (meninas e meninos entre doze e dezessete anos).

Uma costureira, Heloísa, nos oferece sua percepção do seu trabalho e da ajuda dos filhos:

“(...) eu gostaria que a minhas filhas, mesmo que não fosse todas, mas pelo uma fosse costureira sabe? É uma profissão que dá chance pra mulher ajudar o marido, dá chance da mulher que não tem marido, ou que é uma mãe solteira ou é uma desquitada, como eu, de criar os seus filhos sem precisar de dar seus filhos pros outros, ou por numa creche ou deixar as crianças na marginalidade... então, é uma profissão que toda mulher devia aprender. Ela me ajudando (a filha) é uma forma dela aprender”⁽³⁾

A filha dessa costureira, na época da entrevista com 14 anos, fala a respeito:

Laura: __ “ Eu gosto de costurar com ela (...) mas também é bom porque eu ajudo ela no orçamento da casa. (...) Em parte é bom e em parte é ruim (...) eu costuro porque eu gosto, mas se fosse pelo dinheiro eu não ia costurar não (...) se eu arrumasse um emprego melhor eu largava a costura.

Entrevistador: __ pelo que você está colocando a parte ruim da costura é que não te dá um ganho bom?

Laura: __ É, é isso mesmo.

Entrevistador: __ Mas sua mãe acabou de falar que num mês era tirou 1.800 reais. Isso pra você seria um ganho bom ou não?

Laura: __ É, é um ganho bom... mas é porque tinha muita costura, muita costura mesmo. Porque a costura é assim: um mês você tem muito, aí

² Também é comum ocorrer que empresas maiores contratem uma micro-empresas que por sua vez repassa a encomenda à várias costureiras para que executem o trabalho em suas residências.

³ Heloisa, costureira que atua como autônoma, por facção, e as vezes com registro em carteira, 35 anos, separada e mãe de 7 filhos. Depoimento dado ao autor.

voce entrega isso ai e no outro dia você não tem nada. Num tem um 'teco' pra costurar.

Entrevistador: __ você já trabalhou em alguma confecção?

Laura: __ já (...) foi muito ruim... porque eu trabalhei um mês e... tinha dia que virava a noite trabalhando, e você não podia falar pro seu patrão que não podia trabalhar porque ele ficava de cara ruim... enchia o saco... e eu trabalhei lá com minha mãe... ela já trabalhava lá... e ele nem pagou nós duas... e lá tinha dia que tinha café, tinha dia que não tinha... é... o barracão era muito ruim... era... assim meio mofado”.⁽⁴⁾

Na construção civil, é comum que uma construtora de grande porte contrate empresas menores, que por sua vez contrata os serviços de um “gato” (agenciador de trabalhadores), sendo que este é que contrata os pedreiros e auxiliares para a execução das obras. Entre estes trabalhadores a utilização da ajuda dos filhos também é recorrente:

“Quem me ensinou foi ele (o pai)... foi difícil com ele porque ele não dava moleza pra gente, porque a gente tinha que trabalhar de servente pra ele e aprendê a profissão junto (...).”

“O meu mais velho trabalha. Trabalha... o menino, tem o simon de 14 anos me ajuda, depois do periodo da escola ele me ajuda, um pouco, bastante. Eu remunero ele também, porque filho meu nenhum, dos dois nunca trabalhou de graça pra mim. É remunerado todos dois (...).”⁽⁵⁾

Retomando o *putting out system*, dos primórdios da revolução industrial, encontramos nas palavras de Thompson:

“A forma predominante de trabalho infantil era a doméstica ou a praticada no seio da economia familiar. As crianças que mal sabiam andar podiam ser incumbidas de apanhar e carregar coisas. Um dos filhos de cromptom recordava-se de que começou a trabalhar 'pouco

⁴ Laura, filha mais velha de Heloísa, 14 anos de idade. Em sua entrevista ainda declarou que seu irmão adotivo de 12 anos também ajuda eloísa nas costuras. Depoimento dado ao autor.

⁵ Depoimentos colhidos por Edmilson Lino Guilherme constantes de sua Monografia “As Experiências de Trabalhadores Autônomos no Setor da construção Civil: Uberlândia 1970-1997, Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 1998.

depois de que iniciei a andar'(...). Em circunstâncias normais, o trabalho não se prolongava ininterruptamente, seguindo um ciclo de tarefas: mesmo as atividades uniformes, como enrolar bobinas, não ocupavam o dia inteiro (...) podemos supor que havia uma introdução gradual ao trabalho que respeitava a capacidade e a idade da criança, intercalando-o com a entrega de mensagens, a colheita de amoras, a coleta de lenha e as brincadeiras. Acima de tudo, o trabalho era desempenhado nos limites da economia familiar, sob os cuidados dos pais.⁽⁶⁾

O que é interessante na comparação entre os depoimentos e a argumentação de Thompson é que o sistema de trabalho doméstico, no início da revolução industrial, se configurava como uma forma de aprendizado, um processo educacional que, em última instância, determinava um modo de vida, um modo de viver e trabalhar que levava em consideração os costumes e tradições destes trabalhadores. No caso dos depoimentos o que aparece é uma preocupação com uma “educação profissional” que possibilite a criança ou adolescente uma inserção num determinado mercado de trabalho já constituído. Aqui as necessidades e capacidade da criança ou adolescente não são consideradas, se lembrarmos que as jornadas de trabalho, seja em casa ou em uma “empresa” de confecção, no caso das costureiras se estendem até altas horas da noite e em condições insalubres, como nos relatou Laura e que no caso dos trabalhadores da construção, pela própria natureza do trabalho, árduo e estafante, não é adequado à capacidade de uma criança ou adolescente. É comum, por exemplo, serventes de pedreiro adolescentes abandonarem seus estudos por não suportarem o dispendio de energia no trabalho, não

⁶ THOMPSON, E. P. A FORMAÇÃO DA CLASSE OPERÁRIA INGLESA. Tomo II, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. pp. 203-205.

conseguindo assim, forças para estudar á noite. Embora isso seja comum em qualquer categoria de trabalho, entre os serventes aparece de forma mais gritante.

No caso das costureiras, apesar da maioria das entrevistadas terem afirmado que seu aprendizado ter se dado no âmbito doméstico, *“costurando roupinhas de boneca e depois costurando paras as pessoas da família”*, o que pressupõe uma educação tradicionalmente voltada *“para o lar”*, aparece uma nítida preocupação com as dificuldades materiais de sobrevivência, e no caso de Heloísa, ela deixa claro que a preocupação de que a filha Laura se torne um costureira, está orientada pelo desejo de que esta possa superar esta dificuldades.

É possível perceber que mediante a inserção no mercado de trabalho, essas trabalhadoras não buscam mais o aprendizado como meio de adquirir *“prendas domésticas”* como no passado, que em última instância, é um dos elementos que garantiria sua sobrevivência material no âmbito da família, visto que *“costurar para a família”*, significa também que o vestuário da família não era adquirido no mercado e era tido ainda como um valor de uso. Face a dinâmica capitalista que transforma o vestuário em valor de troca, tendo este que ser adquirido no mercado de *“roupas feitas”*, e não mais sendo confeccionado no meio doméstico, as costureiras buscam o aprendizado, e repassam-no aos filhos, como a busca da própria sobrevivência, fora do meio familiar. Há uma transformação e

adequação de valores, portanto, referentes ao aprendizado, à medida que essas mulheres saindo do âmbito doméstico e adentrando o mercado de trabalho experimentam novas necessidades.

Ao utilizar o trabalho infantil como elemento constitutivo do trabalho a domicílio, na verdade o que estou querendo afirmar é que, em primeiro lugar esta atividade, considerada atualmente como “informal” e por extensão um “apêndice” das relações entre capital e trabalho sempre foi utilizada no contexto do capitalismo e em segundo, que apesar dela apresentar semelhanças com sua antiga forma de execução, sofreu transformações significativas no que se refere aos objetivos dos trabalhadores que nela estão inseridos, criando e recriando valores e perspectivas de no que se refere aos seus modos de vida.

Portanto, a atividade “informal” vincula-se ao mercado de trabalho formal, não como um “apêndice”, como geralmente é tratado pelo censo comum, mas como parte integrante da constituição das relações capitalistas de produção no que tange ao binômio capital/trabalho. Neste sentido, informalidade seria, segundo Pedrão:

“(...) a expressão que denota o conjunto das atividades não incorporadas explicitamente ao sistema de relações capital/trabalho de assalariamento regular, mas que acompanha a tecnificação da produção, portanto, que está sujeita a progressivos ajustes, concomitantes aos da produção assalariada em seu conjunto.(...)”

Mas a atual emergência da questão da informalidade não justifica que ela seja reduzida aos seus termos imediatos, que por isso seja distorcida. Encontra-se produção informal desde a origem do capitalismo industrial,

em todos os componentes de produção independente que não foram incorporados pela produção das empresas em sua expansão.”⁽⁷⁾

O que se pôde verificar é que, na verdade, o que se conhece atualmente como “trabalho informal”, sempre existiu no interior das relações capitalistas de trabalho. Tudo faz crer que o capitalismo desde seu nascedouro utilizou-se desta forma de trabalho, até porque, ela é parte constitutiva de sua própria formação. Segundo Thompson:

“Ainda, em 1830, o empregado industrial típico não trabalhava nas fábricas, mas (no caso dos artesãos ou dos ‘mecânicos’) em pequenas oficinas ou na própria casa, ou (no caso dos trabalhadores não qualificados) em atividades mais ou menos eventuais nas ruas, nos pátios dos edifícios ou nas docas”⁽⁸⁾

Mesmo Eric Hobsbawm que diferentemente de Thompson, prefere apanhar a classe trabalhadora inglesa, melhor dizendo o operariado, já formado, aponta para a possibilidade de existência de trabalhadores “informais” na Londres do século XIX:

“No entanto, mesmo nas ocupações não-organizadas, pode ser observado um certo vago reconhecimento de Londres como um mercado de trabalho uniforme, e uma certa tendência à padronização, embora não nos seja possível descrevê-la com precisão devido à falta de definições institucionais”⁽⁹⁾

⁷ PEDRÃO, Fernando. “A Informalidade”. In: RAÍZES DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO. São Paulo/Salvador: Hucitec/EDUFBA, 1996. p. 224. (grifos nossos)

⁸ THOMPSON, E. P. “Artesãos e Outros”. In: A FORMAÇÃO DA CLASSE OPERÁRIA INGLESA. Tomo II, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p.71.

⁹ HOBBSAWM, Eric. “O Mercado de Trabalho de Londres no Século XIX”. In: MUNDOS DO TRABALHO. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 195.

Apesar do esforço de Hobsbawm para enquadrar todo o tipo de trabalhador na categoria “operariado”, que é uma característica marcante da obra citada, percebe-se em sua argumentação acima que nas “ocupações não-organizadas”, muito provavelmente, se encaixariam muitos trabalhadores que não estavam submetidos, ainda, ao regime de fábrica, desenvolvendo suas atividades em casa ou nas ruas. O que nos interessa, por ora, é que, seja pelo enfoque de Thompson que tenta apanhar os trabalhadores como classe em formação, seja na forma Hobsbawniana que trabalha com a classe já formada, percebe-se que as atividades “informais” estão presentes nas relações entre capital/trabalho desde suas formas embrionárias.

Também PERROT, nos chama a atenção para a informalidade na constituição das relações entre capital/trabalho, neste caso, na França:

“Nunca uma evolução se faz em linha reta. Os sistemas se sobrepõem e coexistem. A grande fábrica está ao lado da pequena oficina, ou abriga em si mesma formas variadas de organização do trabalho. No início do século XX, na região lionesa, grandes estabelecimentos ocultam por trás de uma fachada moderna o trabalho das equipes operárias autônomas.”⁽¹⁰⁾

Possivelmente, o termo “informal” passa a substituir outras denominações como “trabalho doméstico” ou “autônomo” devido à integração dos trabalhadores e de suas organizações (partido e sindicato) à lógica da reprodução capitalista, principalmente no que se

¹⁰ PERROT, Michelle. “As Três Eras da Disciplina Industrial na França do século XIX”. In: OS EXCLUÍDOS DA HISTÓRIA: OPERÁRIOS, MULHERES, PRISIONEIRO. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 55

refere ao plano ideológico. Isso na fase em que o capitalismo já havia se consolidado enquanto modo de produção. Segundo Bhir:

“(...) o período fordista significou para o proletariado um aumento da dependência, tanto prática quanto ideológica, em relação ao Estado, sob a forma do famoso “Estado do bem-estar”.

De fato, no quadro do fordismo, este representa, para o proletariado, a garantia de sua ‘seguridade social’ em sua qualidade de gestor geral da relação salarial: é o estado que fixa o estatuto mínimo de todo assalariado (pelo direito do trabalho, pela definição de uma norma de consumo irredutível); (...) Desde então, o proletariado ocidental pôde deixar de considerar o Estado como um órgão puramente repressivo a serviço apenas dos capitalistas, para nele ver o instrumento do ‘bem coletivo’. O que levou a reforçar em seu seio um fetichismo do Estado.”⁽¹¹⁾

No caso brasileiro esta adequação dos trabalhadores a uma “política trabalhista” capitaneada pelo Estado deu-se a partir da década de 30 com a consolidação das leis trabalhistas. Em que pese o fato desta consolidação ter se dado a partir das lutas e conquistas dos trabalhadores, a história tem demonstrado que, principalmente durante o Governo Vargas, houve uma paulatina submissão das lutas dos trabalhadores ao agendamento de questões ditado pelo Estado.⁽¹²⁾

Percebe-se que elegendo o Estado (Estado de Direito) como locus privilegiado da ação objetivando conquistas legais, quase que “naturalmente”, e sem perceber, a perda da autonomia, que os antigos

¹¹ BIHR, Alain. DA GRANDE NOITE À ALTERNATIVA: o movimento operário europeu em crise. São Paulo: Boitempo Editorial, 1998. p. 55.

¹² A esse respeito ver: MUNAKATA, Kasume.

artesãos de ofício possuíam, assume um caráter de positividade, uma vez que aqueles que estão integrados pela **legalidade** do Estado, detendo uma relativa “estabilidade” no que se refere ao direito ao trabalho, está de acordo com a **lei**, ou seja, está institucionalmente **formalizado**. Neste sentido o não formalizado seria tudo que estivesse fora da normatização que passou a reger as relações capital/trabalho sendo considerado portanto, **informal**. Este termo carrega, portanto, um forte componente ideológico que traduz, em última instância, a submissão dos trabalhadores e de suas instâncias representativas à lógica do capital.

Entretanto, se a informalidade é parte constitutiva das relações entre capital/trabalho, sendo o trabalho informal e trabalho formal partes inseparáveis de um mesmo fenômeno social, no caso as relações de trabalho, não é possível tratar o primeiro como a época da formação da classe trabalhadora ou mesmo como no período taylorista/fordista. Na atualidade, a informalidade não possui mais o caráter de elemento constituidor das relações capital/trabalho (no sentido de ser parte integrante da gestação dessas relações) passando a constituir uma “válvula de escape” para a “crise do emprego” vivenciada a partir da década de 70. Segundo PEDRÃO:

“Na colocação da questão da informalidade, hoje, é necessário distinguir a perspectiva diacrônica da sincrônica, isto é, a visão da progressão dos fenômenos de informalidade em tempo e espaço, e o leque de fenômenos contemporâneos de

informalidade. A compreensão da progressão explica por que este e não outro conjunto de atividades informais, e a compreensão da composição atual explica como as diversas atividades informais interagem umas com as outras.

(...) Progressivamente, a informalidade funcionou como mecanismo de incorporação de famílias não urbanas ao meio urbano, como um âmbito de produção em que elas gradualmente se adaptam às formas urbanas de trabalho. Com este caráter, a informalidade no Brasil transfere hábitos e produtos rurais para o meio urbano, e aumentou em muito, junto com a aceleração da urbanização nas décadas de 1950 a 1980.⁽¹³⁾

(...) Nas sociedades periféricas de hoje, o papel da informalidade passa a refletir duas causas principais: as necessidades do sistema de produção, de contar com uma reserva de trabalho barato, que não implique custos de reprodução para os capitalistas, e de funcionar como estabilizador do mercado de trabalho, absorvendo os desempregados e rejeitados e formando mão-de-obra semiqualiificada para o mercado de trabalho assalariado. Trata-se, portanto, de que em sua etapa atual a produção capitalista funciona com uma pluralidade de formas de mercado de trabalho, essencialmente compartimentalizadas, entre as quais há variadas margens de mobilidade.⁽¹⁴⁾

Alguns exemplos mais acabados da transposição das famílias não-urbanas, no contexto da informalidade, para as atividades urbanas são os carroceiros, os vendedores de horti-fruti-granjeiros, os criadores de porcos e galinhas para abate/comercialização. Numa economia como a de Uberlândia, que teve seu *boom* justamente a partir dos anos 50 ainda é possível encontrar essas formas de informalidade. Entretanto,

¹³ PEDRÃO, Fernando. op. cit. p. 225.

¹⁴ Idem. p. 229.

seguindo a lógica do desenvolvimento capitalista apontada por Pedrão, essas atividades estão em processo de extinção:

Depoente: __ “Então você veja, naquela época já num dava mais prá trabalhá nas fazenda...

Entrevistador: __ Que época era essa?

Depoente: __ Era por volta de 65... 70... por aí. É, 70, porque eu lembro que a primera que eu vi a tal da televisão foi quando viemo prá cá, na copa do mundo sabe?(risos). Então o fazendero já num queria mais deixá você formá sua lavorinha nem que fosse naquele pedacinho de terra mais ruim. Porque agora ele tinha que registrá o sujeito, tinha gasto com aluguel de tratô e coisa e tal. Então ou você contentava com trabalhá a troco daquele salarinho sem podê cuidá das suas coisas ou vinha imhora prá cidade. Foi isso que fizemo(...). no começo era até bão. Aqui (em Uberlândia) ainda tinha como você criá seus porquinho, suas galinha e tinha muita gente que comprava, dava prá criá a família. Eu cuidava dos porco e a mulher das galinha, fazia doce, vendia ovo pra vizinhança intera. Foi assim que conseguimos dá estudo pros mininos. Agora se você faiz isso, o vizinho num gosta, por causa do cheiro né? Então ele te denuncia e os fiscal da prefeitura vem e se brincá, até toma seus porco. Então tive que levá meus porco prá uma chacrinha dum cumpadre meu lá no Morada Nova, criando a-meia né? Mais num tá dando não sô. Você já num viu falá que o que engorda o porco é o olho do dono? Então. Lá era mais difíce, tinha o problema da condução, ficava tudo mais caro, e ainda por cima, num natal desses aí me robaram três leitoinha. Então o que é que eu fiz? Acabei cum tudo e agora tenho que dependê da boa vontade dos filhos...”⁽¹⁵⁾

¹⁵ Sr. Moisés, ex-lavrador que ganhou a vida na cidade vendendo porcos e que, depois de ter trabalhado de 92 à 97 96 em atividades como serviços gerais e guarda noturno, trabalha atualmente como caseiro em um pequeno sítio de propriedade de um médico da cidade, ganhando salário mínimo, 72 anos. Depoimento dado ao autor.

Não pretendo abordar especificamente este tipo de atividade⁽¹⁶⁾, entretanto penso ser interessante apontá-la uma vez que ela é representativa no sentido de indicar que a lógica capitalista impõe determinados comportamentos aos trabalhadores, apesar da resistência destes que se expressa no fato de tentarem manter um determinado modo de vida. O sr. Moisés, apesar de ter sido expulso do campo por essa lógica, tentou até onde pôde manter seu antigo modo de viver e trabalhar, criando e vendendo porcos. Apesar de ter conseguido “criar a sua família” a partir desta resistência (parou com a atividade de criação em 1992), hoje se sente derrotado e nas suas palavras foi possível perceber uma profunda mágoa por não poder continuar exercendo as atividades que, segundo ele, “*apesar de sê um trabalho duro, dá muito sussego prá um homem*”. Sua mágoa vem do fato de, apesar de estar trabalhando num sítio, não poder “*fazer nada de seu, tudo é do patrão*”.

Outra questão que se coloca ao nos preocuparmos com a informalidade é que tipo de trabalhador se insere nessa modalidade de trabalho. Esta questão nos remete de imediato a outra: este trabalhador é possuidor de determinadas qualificações?

Se pensarmos em determinadas categorias de trabalhadores como as citadas acima (carroceiros, vendedores de horti-fruti-

¹⁶ Se trilhasse esse caminho teria que redimensionar todo o meu trabalho o que me afastaria do objetivo principal de apreender as transformações nas relações de trabalho tendo como foco os fenômenos de informalidade, terceirização e subcontratação uma vez que este caminho necessariamente passa por uma análise mais aprofundada da relação campo/cidade.

granjeiros, costureiras, trabalhadores da construção civil) ou ainda vendedores ambulantes é possível afirmar que estes se inserem em uma lógica onde prevalece a desqualificação ou semi-qualificação profissional. No caso das costureiras predomina, como já afirmei, um aprendizado voltado para o lar e em sua maioria apresentam um baixo nível de escolaridade¹⁷ e a formação profissional deu-se, na maioria dos casos, a partir do desenvolvimento prático no interior das confecções:

“Eu já tinha um pouquinho de prática (...) fazendo em casa mesmo, umas coisinha pras meninas(...) ai é que eu comecei a costurar(...) foi muita coisa que eu aprendi e desenvolvi na confecção (empresa) e venho desenvolvendo até hoje.(...) Eu entro numa confecção e cada confecção tem um ritmo diferente né? Um estilo diferente de trabalhar (...), ai eu aprendo aquele estilo, vou pra outra confecção... outro estilo também né? E sempre mudando de estilo, e ai você vai sempre desenvolvendo mais né? aprendendo mais coisa.”⁽¹⁸⁾

Essa formação “na prática” apareceu de forma recorrente nas entrevistas com as costureiras. No próximo capítulo nos deteremos mais sobre este elemento. Por agora é suficiente apontar que o mercado de trabalho de confecções não exige uma qualificação profissional de suas trabalhadoras e que esta não exigência está vinculada a utilização de

¹⁷ Dentre as costureiras encontrei uma única exceção: a Costureira Heloísa possui cursos técnicos de bibliotecária e secretariado e foi gerente de moteis durante seis anos.

¹⁸ Costureira Celestina, já trabalhou por facção e atualmente trabalha em uma pequena confecção com registro em carteira, amasiada, mãe de 4 filhos. Depoimento dado ao autor.

uma mão-de-obra barata e que esta mão-de-obra transita pelo “formal” e pelo “informal”, de acordo com as oscilações do mercado.

No que se refere as outras categorias citadas pode-se afirmar que elas se inserem na adequação das famílias não-urbanas ao trabalho urbano “não qualificado” ou semi-qualificado. Isso fica muito claro no que se refere aos trabalhadores da construção civil:

“Uai meu filho, quando minha família veio prá cidade... porque nós morava na roça né, então meu pai teve uns probleminha lá com o patrão dele e teve que ‘capá o gato’ prá cidade... bom, cumo eu tava dizendo, a gente era rapazinho ainda, tipo uns 16, 17 ano. Eu num tinha quase que escola nenhuma, num sabia nada de nada, só cunhicia o trabaio de lidá cum roça e vaca, então o jeito era trabaia de ‘oreia seca’ (servente de pedreiro) mesmo nas construção. Ai ocê sabe... a gente vai aprendendo uma coisinha aqui, otras aculá... vai tomando gosto pela coisa e tô nela até hoje, graças a Deus. Hoje num quero nem ouví falá im roça. Mais num é fácil não. Eu mesmo tive que ‘urrrá’ bem uns cinco ano de ‘oreia’ prá poder batê no peito e falá: — ‘eu sô um pedrero, num sô meia-cuié (termo utilizado para quem não é ainda oficial mas já faz serviços sozinho) não’. É isso aí meu filho, a gente aprende é urrando”.⁽¹⁹⁾

“os fazendeiros que num... é ele se... eles enche, trabalha durante o ano enche a casa deles de... semente e aí colhe, aí passa aquele ano todinho na casa dele aquele, aquele saco, saco de farinha de feijão tudo lá e... enche a casa dele e os pobre que tá trabalhando na roça com eles, ele num qué nem sabê, deixa a pessoa passá du jeito qui quizé. Eles tem, não tá nem aí com a vida da pessoa, eles qué que os outro é que sofra”⁽²⁰⁾

Assim como o sr. Moisés estes trabalhadores, ou as suas famílias, foram expulsos do campo devido as adversidades

¹⁹ Sr. Reis, Pedreiro, casado, pai de 2 filhos, 52 anos. Depoimento dado ao autor.

²⁰ Depoimento colhido por Edmilson Lino Guilherme constante de sua Monografia “As Experiências de Trabalhadores Autônomos no Setor da construção Civil: Uberlândia 1970-1997, Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 1998.

experimentadas neste meio e chegando à cidade, não tendo uma qualificação profissional para o trabalho urbano ingressou na construção civil onde o trabalho de servente não exige nenhuma qualificação. Assim como no caso das costureiras o aprendizado que tornará este sujeito em um oficial, um pedreiro, dar-se-á a partir do desenvolvimento da experiência prática:

“... comecei trabalhando de pintor, aí depois eu larguei de mão, aí fui trabalhar de ajudante mais pedreiro, foi até assentar uma cerâmica, e eu trabalhei a semana mais ele, i eu toda vida tive assim um pouco de inteligência sobre a construção, aí eu sabia da medida, de esquadro, de nível... e o pedreiro saía e ia andá, eu ficava assentando a cerâmica sozinho ó... sem nunca ter mexido. (...)Eu digo ó, mais eu, eu num tenho costume, eu nunca trabalhei de pedreiro, apenas eu sei que é medida, eu entendo, mas eu num tenho prática.

Disse: — não, nós coloca ocê no meio de nós e vai ó... Assim eles fizeram, me puseram, eram muitos. E eu ficava no meio, eles ficavam na cabeça das paredes(...)”⁽²¹⁾

Olha Antunes, se tem algum curso prá formação de pedreiro, eu desconheço. A gente aprende mesmo é fazeno. Eu, por exemplo comecei trabalhando numa ‘gata’ que prestava serviço prá Simão (Construtora Simão) junto com um tal de seu João. O velho era muito bom de serviço mas num dava muita colher de chá não. Então eu ficava de butuca no serviço dele e assim eu ia aprendeno. Quando ele bobiava eu fazia uma parte do serviço sozinho e aí o encarregado gostava e pedia prá eu fazê mais. Foi desse jeito que eu acabei largando a gata e passei a trabalhá prá Simão mesmo, e foi lá que me tornei oficial”.⁽²²⁾

²¹ Idem.

²² Vagner, Pedreiro Asulejista (de acabamento), casado, pai de três filhos, atualmente trabalha como autônomo, 28 anos. Depoimento dado ao autor.

Na atual fase do capitalismo, onde se exige cada vez mais uma qualificação técnica para o trabalho, nos chamados setores de ponta, as atividades descritas acima representam uma ‘válvula de escape’ para o sistema no sentido de absorver, mesmo que precariamente, os excedentes de mão-de-obra considerada “desqualificada” mas que, apesar dessa desqualificação, é imprescindível para o funcionamento do mesmo.

Há outras atividades tidas como informais que, ao contrário do exposto até o momento, exigem alguma qualificação. São aquelas exercidas por universitários (como estagiários ou prestando serviços freelancer), técnicos em computação (na área técnica ou na de prestação de serviços operacionais), assessoria em recursos humanos (geralmente executada por recém-graduados) e uma infinidade de outras que não tive oportunidade, e nem tempo, de abordar. O importante é ressaltar que estas atividades, diferentemente das tratadas até o momento representam outro aspecto da questão: a desregulamentação das relações de trabalho promovida pelos poderes constituídos. Muitos destes trabalhadores “informais” eram antigos trabalhadores do sistema bancário, do comércio ou mesmo do setor produtivo e que agora são absorvidos, também precariamente, pelo chamado setor informal.

Percebe-se que informalidade, para além de ocultar, como uma linguagem nova, antigas formas de exploração da classe trabalhadora, coloca-se atualmente como uma “alternativa” dentro do

mercado de trabalho, da qual se valem empregadores e trabalhadores, funcionando como um mediador das relações capital/trabalho, sem o qual o sistema de produção, centrado nestas relações, não sobreviveria. Segundo Alain Bihr, ao discorrer a crise do capitalismo a partir dos anos 70:

“(...) toda a saída capitalista para a crise supõe ir além da fábrica fordista por meio da instauração de novas formas de exploração e de dominação do trabalho. Ou seja, ao mesmo tempo novos meios de trabalho (uma nova tecnologia) novas formas de organização do processo de trabalho (emancipando-se dos limites da organização teylorista e fordista), novas formas de contrato de trabalho, novos modos de mobilização (de desenvolvimento e de integração) da força de trabalho na empresa e, como consequência, novas formas de ‘disciplina de trabalho’, etc.”⁽²³⁾

Sem dúvida, a informalidade figura entre as “novas formas de contrato de trabalho” e “novas formas de disciplina de trabalho”, que ocorrem, não necessariamente dentro das empresas.

Entretanto se esta atividade se expressa no plano concreto, seja vinculada às empresas, na forma da subcontratação, seja desvinculada destas como uma válvula de escape para os conflitos entre capital e trabalho absorvendo de forma precária as vítimas do desemprego estrutural, no plano ideológico ela se insere como um mediador que possibilita o mascaramento das políticas de exclusão social promovidas pelo empresariado e pelos seus arautos entrincheirados nos aparelhos de estado.

²³ BIHR, Alain. op. cit. p. 87.

São destas políticas e de suas implicações para os trabalhadores bem como das relações engendradas por uma dinâmica que tem como pano de fundo o processo de desregulamentação das relações entre capital e trabalho que trataremos no próximo capítulo. Embora tenhamos realizado um apanhado de forma geral no que tange a estas relações, respeitando-se as especificidades de nosso objeto (estas transformações no âmbito da cidade de Uberlândia), será possível, daqui por diante, compreender melhor como estas são experimentadas pelos trabalhadores em nossa cidade, e como se dá a luta entre capital e trabalho.

Capítulo 2

O PENSAMENTO E AS PRÁTICAS DOMINANTES: as relações de trabalho

O contato com as fontes foi de grande valia para a compreensão da relação existente entre trabalho formal e informal, sendo esta entendida, ao mesmo tempo, como expressão e como elemento mediador da crise do capitalismo, da década de 70 até o momento.

No que se refere ao pensamento e as ações dos poderes instituídos, inseridos neste contexto, pôde-se observar que o discurso é permeado pela ambigüidade: existe, por um lado uma preocupação em utilizar a informalidade, atribuindo-lhe um caráter de positividade, para justificar sua incapacidade de criar mecanismos geradores de empregos formais:

“Nos últimos anos vem ocorrendo uma redução importante do diferencial de rendimentos entre trabalhadores empregados nos setores formal e informal.

Com base nas informações da PME/IBGE, no período 1993-1997, verifica-se que o rendimento real dos que trabalham com carteira assinada aumentou cerca de 19%, enquanto os rendimentos reais dos que trabalham sem carteira assinada e por conta própria cresceram 38% e 58%, respectivamente (...)

Além disso, o aumento expressivo verificado nos rendimentos dos trabalhadores informais nos mostra que a informalidade não necessariamente torna mais precárias as relações de trabalho.”⁽¹⁾

¹ AMADEO, Edward. (Ministro Trabalho) “Dez Pontos Sobre a Evolução Recente do Mercado de Trabalho”. In: NOTAS SOBRE O MERCADO DE TRABALHO. Nº 5 – agosto, 1998.

Note-se que a afirmação de que “a informalidade não necessariamente torna mais precárias as relações de trabalho” está vinculada no “aumento expressivo” dos rendimentos. Ao se calcular a média desse rendimento ocorre que um pequeno número de “Informais” – no qual se inclui pequenos proprietários de micro-empresas consideradas ilegalmente constituídas e trabalhadores altamente qualificados, prestadores de serviços – que obviamente auferem renda maior que os demais trabalhadores contribuem para que essa “média” mascare a pauperização experimentada pela maioria dos trabalhadores considerados informais.

Isso pode ser observado pelos números fornecidos por um outro Ministro do Trabalho, antecessor do citado acima:

“Pesquisa feita pelo Fibge sobre o setor informal (conta-própria mais empregadores com até cinco pessoas empregadas) na cidade do Rio de Janeiro, em outubro de 1994, indica que o setor absorveu cerca de 560 mil pessoas (25% dos ocupados), sendo 474 mil conta-própria e pequenos empregadores, 56,9 mil e 23,4 mil trabalhadores sem carteira e com carteira, respectivamente, e 5,7 mil membros não remunerados da família. Este setor obteve uma receita de R\$ 488 milhões e realizou despesas de R\$ 241,8 milhões, dos quais R\$ 12,8 milhões foram para pagamento dos salários”⁽²⁾

Em primeiro lugar o Ministro não esclarece quantos são os pequenos empregadores e quantos os “conta-própria” no universo de 474 mil. O importante, porém, é frisar que este número (a maioria esmagadora dos considerados informais pelo governo) é levado em conta, de forma

² Paulo Paiva, Ministro do Trabalho em matéria publicada na Revista Isto É em 20/11/96.

absoluta, na hora de se aferir a “renda média” dos “trabalhadores informais” o que ocasiona o mascaramento da pauperização que mencionei. Em segundo lugar, não é preciso ser nenhum *expert* em matemática para descobrir que 12,8 milhões “para pagamento de salários”, se destinados apenas aos trabalhadores sem carteira, somados aos “membros da família sem remuneração” (que evidencia, por si, uma superexploração da força-de-trabalho) atinge-se um salário médio de apenas R\$ 204,40 que, no Rio de Janeiro assim como na maioria das cidades brasileiras, não permite as condições mínimas de sobrevivência para uma família.

A disciplinarização das atividades ditas informais em Uberlândia segue a mesma lógica presente nos discursos e nas ações dos poderes instituídos a nível nacional. No que se refere ao aumento da informalidade esses poderes, ao apontarem possíveis causas para tal fenômeno, negam-se a reconhecer que a “opção” dos trabalhadores em adentrar nessa modalidade de trabalho, muitas vezes, é por falta de opção no mercado de trabalho formal. Assim o governo exime-se de sua culpa em não conseguir implementar uma política consistente de criação de empregos:

“Desde o início dos anos noventa, o grau de informalidade tem aumentado no mercado de trabalho brasileiro. A proporção de trabalhadores com carteira assinada diminuiu bastante, ao passo que a parcela de trabalhadores por conta própria e sem carteira assinada cresceu de forma expressiva.

Vários são os fatores que podem explicar esse fenômeno: 1) as novas formas de produção e de relações de trabalho tendem a aumentar o contingente de trabalhadores autônomos, principalmente por meio do processo de terceirização; 2) o aumento relativo do emprego no setor de

serviços - que é um setor que tradicionalmente gera empregos informais - tende a incrementar o grau de informalidade, e 3) fatores institucionais associados ao sistema de seguridade social e à legislação trabalhista podem funcionar como um incentivo para que empresas e trabalhadores optem por estabelecer relações informais de trabalho.”⁽³⁾

De modo geral pode-se afirmar que o movimento que se verifica no discurso e nas ações dos poderes constituídos dá-se no sentido de trazer para a “formalidade” elementos que antes diziam respeito à informalidade:

(...)As ações - algumas implementadas, outras em negociação ou ainda em estudos - visando às reformas são as seguintes (vide Anexo IV):

O Contrato por Prazo Determinado: *uma forma de estimular o emprego e a formalização é ampliar o leque de possibilidades quanto a contratos de trabalho que reduzam os custos de admissão e de demissão.(...)*

Redução do Custo Não-Salarial do Trabalho:*(...)Para diminuir os custos de admissão e de demissão, o Governo está negociando formas de reduzir, nos contratos por prazo indeterminado, os encargos sociais, especialmente os de caráter fiscal, incidentes sobre a folha de salários. A transferência da carga parafiscal que incide sobre a folha salarial para outras fontes (valor agregado, lucros, faturamento) deverá estimular uma maior formalização do mercado de trabalho. Ou seja, além de estimular a geração de novos postos de trabalho, tal diminuição deverá alterar a composição do emprego no sentido de reduzir o grau de informalização. Independentemente do seu efeito sobre o nível e crescimento do emprego (...)*

Contrato Temporário:*(...) estuda-se a modificação da legislação referente à terceirização, ou seja, os institutos do trabalho temporário e da prestação de serviços a terceiros.(...) Dessa maneira, almeja-se autorizar a possibilidade de uma só empresa congregar, em seu objeto social, ambas as espécies de serviços. (...) É interessante registrar que, nas duas categorias de contratação ora descritas, os empregados têm*

³ Idem.

todos os direitos previstos na CLT, inserindo-se totalmente no mercado formal de trabalho.⁽⁴⁾

O que se pode inferir do discurso governamental é que a pretensão é atender as reivindicações do empresariado, sanando o problema de que “o governo não faz a parte dele” reduzindo, por exemplo, “o custo não-salarial do trabalho”, sem que se perca com isso a arrecadação tributária proveniente das relações de trabalho, ou seja, os impostos pagos pelas empresas.

No que se refere às fontes do SEBRAE (Uberlândia) o que se percebeu foi a utilização dos referenciais governamentais, descritos acima, no sentido de incentivar os médios, pequenos e micro empresários a cerrar fileiras com o governo objetivando implantar estas transformações pretendidas. As fontes as quais tive acesso, nesse sentido, na verdade são “transposições” do discurso governamental para as publicações do SEBRAE. Por outro lado, para justificar a disciplinarização (incorporação como atividade passível de ser tributada) das atividades dos “informais” o discurso reveste-se de um caráter negativo. No caso de Uberlândia, essa tem sido a tônica mais recorrente:

“Principalmente em épocas de crise de crise como a atual, multiplicam-se as microempresas chamadas informais, ou seja, aquelas que não possuem situação regular, principalmente junto aos poderes fazendários, trabalhistas e previdenciários. (...) Todos nós sabemos, que em cada esquina de nossas cidades, principalmente nos bairros mais pobres, existe pelo menos um buteco, normalmente

⁴ Ministério do Trabalho – Biblioteca. Seção de Processos Técnicos – MTb, 1998. (grifos nossos).

pertencente a um desempregado, quase sempre vítima do êxodo rural. Entendemos que esta realidade, quando conhecida e enfrentada, pode se transformar de 'problema' em 'solução'.

Atualmente estas empresas informais são consideradas como 'marginais', dentro do contexto econômico fiscal. No entanto, ao constataremos que este tipo de atividade ocupa aproximadamente 20% da mão-de-obra do Parque Empresarial levantado, e que o faturamento das mesmas não ultrapassa 5% do total, observamos que a situação deve ser analisada sob outro enfoque. Entendemos que o projeto da microempresa, já em discussão em âmbito nacional, deve ser assumido por todos os poderes envolvidos, públicos ou privados, com o fim de que seja regularizada com a máxima urgência, esta anomalia de nossa economia.

A regularização da Empresa Informal a tirará da clandestinidade, abrindo-lhe um espaço, que certamente levará as empresas sadias a crescerem, ultrapassando os parâmetros da microempresa e passando a ser mais um contribuinte fiscal e previdenciário para o país. ”⁽⁵⁾

A discussão do poder público se baseia nos dados abaixo:

ATIVIDADE	Mão-de-obra empregada		SITUAÇÃO JURÍDICA DA EMPRESA					
			Empresa formal		Empresa informal		total	
	Pessoas	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
INDÚSTRIA	7.022	16,1	52	1,8	198	6,2	250	4,1
COMÉRCIO	12.360	28,3	900	31,0	2.050	64,2	2.950	48,4
SERVIÇOS	21.273	48,7	1747	60,3	722	22,6	2.469	40,5
OUTRAS	3.043	6,9	200	6,9	225	7,0	425	7,0
TOTAL	43.698	100,0	2.899	100,0	3.195	100,0	6.094	100,0
PARTICIPAÇÃO RELATIVA			47,6%		52,4%		100%	

FONTE: REVISTA 96/1984

⁵ REVISTA UBERLÂNDIA 96. Uberlândia-MG: Propaganda ABC e Etc, 1984. (Revista comemorativa dos 96 anos de Uberlândia, administração Zaire Rezende). (Grifo nosso).

A mesma matéria argumenta que apesar das empresas informais absorverem 20% da mão-de-obra do parque empresarial estudado, seu faturamento não ultrapassa 5% do total. Em primeiro lugar este número não corresponde à realidade uma vez que é extremamente difícil “mapear” as empresas consideradas informais. Em segundo lugar, mesmo considerando este número próximo à realidade, é fácil perceber o porque do empenho dos poderes locais para tirar as empresas da “clandestinidade” tornando-as “mais um contribuinte fiscal e previdenciário para o país”. Segundo a matéria:

“(...) a arrecadação de Uberlândia cresceu em 1.265,6%, passando de 29.771,1 (em 1974) para 406.564,6 bilhões, em cruzeiros constantes de 1983”⁽⁶⁾

Fica explícita a preocupação em evitar que esta arrecadação diminua em virtude do aumento da informalidade. 5% representaria nada mais nada menos que aproximadamente 5 bilhões a mais na arrecadação municipal. E considerando-se (a partir do quadro acima) que a participação relativa das empresas informais é de 52,4% em termos de quantidade de empresas e que estas foram apenas as que se dispuseram a contribuir com a pesquisa (segundo nos alerta a própria matéria), é possível inferir que este número seja infinitamente maior.

No setor da construção civil, em Uberlândia, coexistem basicamente, dois tipos de informalidade. Aquela vivenciada por

⁶ Idem.

trabalhadores autônomos que executam desde pequenas reformas até construções de médio porte (residências e pequenos prédios de apartamentos, entre outras) e outra que se refere às pequenas empresas de construção (denominadas no meio de “gatas”) que prestam serviços às grandes construtoras na execução de grandes obras. Utilizando essas pequenas e microempresas as grandes construtoras, através da terceirização, se beneficia com redução do custo da mão-de-obra que inclui transporte, alimentação, salários, encargos sociais:

“Trabalhá pra ‘gato’ é fogo rapais! Numa construtora ocê tem lanche, tem o ônibus que te pega quais na porta de casa, pelos menos algumas tem né, tem pagamento no dia certo e quando ocê ‘pica a mula’ tem seus direito garantido num é mesmo? Agora no ‘gato’ rapais, ocê que vire: pagamento é quando dá na cabeça dele, lanche é a pinguinha que a gente toma pra aguentá o batidão e quando o serviço acaba, se brincá ele te dá o ‘tumê’ até nos último dia trabalhado. ‘Gato’ num dá camisa pra ninguém não”⁽⁷⁾

“Não, não é difícil, fica barato. O difícil é manter ela (micro-empresa). (...) justamente porque as firmas grandes não dá oportunidade pra pequena pra que ela cresça, certo. (...) a pequena não cresce junto com a grande fácil, porque o preço é muito barato da firma grande pra pequena. (...) em termos de itens de preço da obra, porquê suponhamos cê chega numa firma grande pra pegá, vamo supô cê pega 100 casinha dela pra fazê no caso, o preço é muito pequenininho, cê vai te que repassá pra aquele pessoal que ocê vai organizá pra podê praticá sua obra, seus operários, é pedreiro e servente. Então se vai empreitá pra eles, mais é um preço muito mínimo também. Mas agora, cê tem que ganhá em cima daquilo, em cima dos seus operários”⁽⁸⁾

⁷ Sr. Reis, Pedreiro, casado, pai de 2 filhos, 52 anos. Depoimento dado ao autor.

⁸ Depoimento colhido por Edmilson Lino Guilherme junto a um “gato”, constante de sua Monografia “As Experiências de Trabalhadores Autônomos no Setor da construção Civil: Uberlândia 1970-1997, Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 1998.

Percebe-se nas falas acima que na cadeia da subcontratação é mais beneficiado aquele que está mais próximo do seu topo, no caso, o maior beneficiado é a grande construtora e o ônus recai sobre o último elo da cadeia: o produtor direto. Aqui o intermediário, representado pelo “gato”, funciona como “amortecedor” para a crise do emprego uma vez que abre vagas em suas microempresas. O problema aqui é a precarização das condições de trabalho que pudemos observar na fala do Sr. Reis.

Sobre essa precarização um microempresário (que não gosta da denominação “gato”) nos dá sua explicação:

“Não dá pra competi com as grandes, não dá. Primeiro porque elas pagam muito pouco pro microempresário assim como eu. E depois, num dá pra você registrar todo mundo, você não dá conta de pagá férias, décimo terceiro pra todo mundo não. Então a gente registra uns cinco (05) pedreiro, uns três (03) serventes, pra mantê uma ‘fachada’, você entende né, por causa da fiscalização, do governo né, e o resto a gente pega ‘a laço’ mesmo. Num é por ruindade não, é porque num tem outro jeito... e aí o pessoal chama a gente gato (nesse momento o depoente faz um gesto significativo como se fosse um gato “dando uma unhada”), num tem nada de gato não! Por que que você acha que as grandes contrata um pequeno como eu? É porque elas também num dá conta de pagá tanto imposto e ainda ter as despesa com funcionário que eu falei: férias, décimo, essas coisas, e a fiscalização em cima deles é muito maior, porque eles tem muito mais pra pagar pro governo num é mesmo? e aí o risco fica todo por conta da gente”.⁽⁹⁾

⁹ Altair, micro empresário do setor da construção civil, 45 anos, casado, pai de três filhos. Sua empresa emprega, segundo ele, 5 pedreiros e 3 serventes com carteira assinada e contrata, geralmente, mais 20 profissionais durante a execução das obras maiores. Depoimento dado ao autor.

De modo geral, no que se refere ao empresariado local existe uma certa ambigüidade na forma de encarar informalidade, terceirização e subcontratação. Nem sempre eles estão de acordo com os poderes instituídos. Por um lado há um aumento da utilização destas formas de relações com os trabalhadores e por outro uma resistência em aceitar a formalização proposta por esses poderes:

“A terceirização para a empresa é bem mais econômico né? Não tem os encargos sociais, não tem a mão-de-obra ociosa, e... pra costureira que trabalha em casa, ela dá mais produção, porque quanto mais ela produzir, mais interessante, financeiramente, e torna pra ela. Então ela dobra seus horários, reduz seu horário de almoço, estica até tarde da noite e me dá uma produção maior a um custo mais baixo. (...) O interesse é mútuo, tanto para a costureira quanto para a confecção, porque a renda da costureira, no caso é ela que vai fazer, ela não vai depender de um salário e meio, ela vai tirar o salário que ela puder fazer em casa. Ela também vai querer melhorar a qualidade do trabalho dela; querer produzir mais, com mais qualidade, pra ela poder ter sempre a costura em casa(...)”⁽¹⁰⁾

No depoimento desta empresária, percebe-se uma clara tentativa de escamotear a superexploração do trabalho, expressada no fato de que a costureira “dá uma produção maior a um custo mais baixo”, reduzindo “seu horário de almoço”, “esticando até tarde da noite”, mediante uma suposta vantagem de “produzir mais, com mais qualidade, recebendo o que ela puder fazer”. Ela não disse, mas além das vantagens as quais ela se refere, ainda se beneficia do fato de não arcar com o custo de aquisição das máquinas e equipamentos, como também arcar com o custo de manutenção

¹⁰ Suely: proprietária de pequena confecção que utiliza mão-de-obra pelo sistema de facção.

dos mesmos. E em muitos casos ainda é comum que as costureiras por facção arquem com o custo dos aviamentos.

No que diz respeito a formalização de suas atividades a uma recorrência nos discursos dos empresários no sentido de afirmar que eles “fazem a parte deles mas o governo não faz a sua”:

“Então você veja bem, você luta pra constituir uma empresa, paga seus impostos direitinho... paga muito imposto e isso ajuda a cidade a crescer, dá emprego prá pessoas mas o governo não dá nada em troca. Pelo contrário, ele só tira. Ai entra os encargos sociais e então, o pequeno empresário é apertado por todos os lados”.⁽¹¹⁾

Fica claro na fala deste empresário que o mesmo não concorda com a política tributária do governo e que uma das formas de aumentar a margem de lucro é utilizar o sistema de facção. É interessante ressaltar que o mesmo mantém dois sistemas de contração: a facção que é direcionada para a fabricação de “roupas populares” e a contratação com registro em carteira direcionada para sua “grife mais fina” como ele mesmo afirmou. Assim o empresário mantém o status de legalidade de sua empresa ao mesmo tempo que burla as normas trabalhistas.

Paralelamente a utilização da facção os empresários locais vêm adotando novas formas de gerenciamento inspirados no “modelo japonês” e termos como Just in time, CCQ, Kanban entre outros, são recorrentes. Sobre essas novas formas de gerenciamento o mesmo empresário argumenta:

¹¹ Douglas: Proprietário de pequena confecção que utiliza o sistema de facção e emprega uma média de vinte costureiras em sua empresa com registro em carteira.

“(...) ao nosso modo, né. Ao nosso modo porque de repente a gente também não tá fazendo a coisa corretamente. A gente copia muita coisa de grandes empresas, mas não tem jeito de copiá tudo porque você chega numa empresa que tem aí mil, dois mil funcionários, não tem jeito de você copiá. Aí você pega alguma coisa, e com as suas... eu costumo andá muito e vê muita coisa e a gente mesmo aqui senta, faz uma mesa redonda _ ‘o que é que vocês quê?’ _ há, queremos isso, isso e isso’. E acabamos acertando alguma coisa, no qual... eu não posso falar com certeza, mas uma boa maioria dos funcionários deve estar satisfeita (...)

e tenho repassado muito curso, muito treinamento para os funcionários, que na realidade, praticamente hoje não é mais funcionário, virou sócio, né. Porque com essa qualidade total, com esse sistema novo de administração, você não pode ter funcionário, senão não vai bem, tem que ter sócio”⁽¹²⁾

Dentro dessa nova lógica de gerenciamento, bebida, principalmente junto ao SEBRAE, os empresários dizem com orgulho que estão contribuindo muito para a qualificação das trabalhadoras do setor pois oferecem variados treinamentos. O que pude constatar, na verdade, é que estes “treinamentos” constituem-se de doutrinação no sentido de tornar o funcionário em seu próprio algoz. Na empresa de propriedade do empresário acima citado me deparei com uma situação curiosa. Estava fotografando suas instalações e no refeitório (segundo ele, uma das “grandes inovações” que implantou) havia um conjunto de tv e vídeo. Fiquei até surpreso imaginando que o equipamento poderia ser utilizado como instrumento de lazer das funcionárias. Mas, perguntadas a respeito as

¹² - Entrevista realizada com um proprietário de confecções, que utiliza o sistema de “qualidade total” em sua empresa.

mesmas me disseram que durante as refeições e o lanche elas assistiam a “vídeos de treinamento”. Quando o empresário mostrou-me, com orgulho, as fitas utilizadas no refeitório pude perceber que são as mesmas que encontrei no SEBRAE e todas tem por conteúdo os princípios da “qualidade total” pelos quais o trabalhador deve “vestir a camisa” da empresa agindo como se proprietário fosse. Esse vestir a camisa significa para o empresário uma maior produtividade a um menor custo e para o trabalhador mais exploração.

No que diz respeito ao treinamento de caráter técnico, propriamente dito, este se dá no sentido de preparar as trabalhadoras para exercer o maior número de funções possíveis dentro da confecção quebrando a antiga estruturação da produção parcelada e especializada:

“Faz-se isso (o treinamento) ou se quebra né. (...) dar treinamento, dar condições pros sócios (as funcionárias) de aprender em mais máquinas, de aprender mais dentro da empresa, certo? (...) aquele funcionário que quer ficar só num local, ele não tá satisfazendo a empresa mais (...) o funcionário tem que girar mais, ele tem que aprender, não só no setor dele, ao ponto dele saber quase tudo dentro da empresa (...) porque... quando o funcionário precisa sair de férias, ou qualquer problema que dá, a gente tem uma facilidade muito grande de substituir o funcionário. (...) Estamos com quarenta (40) funcionários na produção... onde que esse número era bem maior, mas com alguns cursos, alguns treinamentos a gente conseguiu reduzir o número de funcionários e aumentar a nossa produtividade. Com bastante curso. Cursos, treinamentos, palestras, reuniões, certo?”⁽¹³⁾

¹³ Idem.

Este é o significado da “qualificação” do trabalhador para o empresário: doutrinação ideológica onde o trabalhador passa a se sentir um “sócio” da empresa e passa a desempenhar uma maior produtividade com menor custo que somada a redução de custo proveniente da terceirização (facção) propicia ao empresário uma maior competitividade no mercado.

A partir de 1995 o sindicato patronal passou a incentivar a terceirização. Esta que se dava na informalidade a partir teria que se dar, segundo palavras do acessor do sindicato, “a luz da lei”, com registro das costureiras autônomas junto à prefeitura e “regido por contrato minucioso”.

Mas não é apenas com as Micro-empresas que os poderes instituídos na cidade estão preocupados. Outra tentativa de disciplinarização dos ditos informais é possível ser visualizada na luta dos camelôs e ambulantes da cidade contra o poder municipal. Ela tem se pautado por avanços e recuos de ambos os lados:

“...Essa dificuldade aqui na praça é ruim porque toda hora o fiscal tá correno atrás de nós aqui, num sei por causa de quê que é. Deve se por causa dos dono das loja...”⁽¹⁴⁾

“..... se dependesse principalmente do CDL não existiria nenhum ambulante dentro de Uberlândia. Já tinha desaparecido todos eles... Fala que estamos competindo com eles e tal e que é injusto. É, o vendedor ambulante não paga nada, não paga isso, não paga aquilo e que eles acarretam despesa, e que nós estamos usufruindo desse direito que por lei é deles, enfim...”⁽¹⁵⁾

¹⁴ Depoimentos colhidos por Luciene Alves Martins constantes de sua monografia “Ambulantes e Camelôs: Desempregados ou Trabalhadores em Busca de Autonomia? Uberlândia 1970-1995, Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 1997.

¹⁵ Idem.

Apesar da tentativa de disciplinarização sempre ter existido, e dos esforços do CDL (Clube de Diretores Lojistas) os camelôs e ambulantes sempre conseguiram burlar as normas disciplinadoras, uma vez que sua presença na cidade sempre foi possível. Porém nos últimos anos a Prefeitura Municipal de Uberlândia deu um lance maior neste jogo: Depois DE ter conseguido limitar as atividades da maioria dos camelôs em duas áreas da cidade (Um espaço na Av. Floriano Peixoto e outro ao lado da Rodoviária) viabilizou a construção de um camelódromo na av. Afonso Pena na área central, uma vez que este é o espaço mais procurado pelos camelôs. Para que este empreendimento pudesse “vingar” a instituição, através da atuação de seus agentes não mediu esforços:

“O trabalho que ela (a assistente social da prefeitura) tá fazendo é... vem cá, marca presença igual na escola:

‘_Você tá presente no trabalho? Porque você num veio tratalhá ontem? Como se a gente tivesse sendo empregado da prefeitura, entendeu? Ela vem de manhã e vem à tarde prá marcá se você tá vindo trabalhá ou não...’⁽¹⁶⁾

“E a prefeitura, pelo menos no começo(do camelódromo) não sei se é porque agora relaxô por causa das política, mais no começo a pressão era forte... é, no começo do camelódromo. A gente tinha ordens a ser cumpridas. Pro cê sai ocê tinha que pedi licença, procê faltá, dá uma Justificativa de por que ocê faltô. Tinha o horário docê tratalhá, como ocê expô a mercadoria, como ocê ia usá-la e prá quê?

Camelô, barraca, já diz muita coisa. qué dizê muita coisa

¹⁶ Idem.

depindurada nê! E aqui a gente num podia usufrui todos os lado da barraca”.⁽¹⁷⁾

As atitudes do poder público municipal, descritas nas falas acima, se deram no sentido de pressionar os camelôs a aderirem a proposta de trabalharem em áreas específicas. Isso fica claro com a adoção de controle dos horários visando não permitir que os mesmos “driblassem” as normas impostas uma vez que alguns camelôs iniciaram a seguinte estratégia: montavam uma barraca em um dos espaços especificados e a deixavam sob a responsabilidade de um parente, as vezes até de um filho, criança ainda, e continuavam suas atividades em outros locais da cidade. Segundo um jovem camelô que participou deste processo:

“Não era mole não, meu irmão! Bem que a gente tentô, pelo menos eu tentei, né: eu trazia dois tipo de mercadoria do paraguai, eletrônico e bolsa, ocê sabe, bolsa de cor, porchet, mochila... então, eles (os fiscais da prefeitura) tavam marcando muito encima dos produto eletrônico dizendo que era contrabando pesado e tal. Então eu montava a barraca de bolsas aqui (no espaço da Floriando Peixoto) e deixava meu irmão mais novo (14 anos) tomando conta dessa parte e ia vendê os eletrônico em outro canto. Num precisava nem montá barraca porque eu já tinha meus cliente né. Entregava tudo nas casa deles mesmo... ocê sabe meu irmão, de encomenda. (...)

Isso num podia, mas meu irmão dava a desculpa de que eu tinha ido tomá um lanche, pagá uma conta... aí começô esse negócio de contralá horário, de num poder faltá ao serviço... o resto ocê já sabe meu irmão... num deu prá ficá trabalhando desse jeito não. Ser ‘pau mandado’ da prefeitura? Tô fora!”⁽¹⁸⁾

¹⁷ Idem.

¹⁸ Marcos, 25 anos, solteiro, pai de dois filhos, trabalha como camelô desde os 20 anos. Depoimento dado ao autor.

A prefeitura não mediu esforços assim como não mediu até onde deve ir a atuação do poder público. Utilizando-se do argumento de que produtos eletrônicos era contrabando pesado e não seria permitido sua venda nos espaços determinados por ela invadiu as vidas e a privacidade das pessoas que aceitaram trabalhar nestes espaços:

“Diz o povo, eu não sei. Só sei de minha casa né.. olharam até debaixo da cama, prá vê se o cara tinha um vídeo (aparelho de videocassete) escondido... mais os mais velhos que se achava no direito de mais... se acha que era os camelô e os outros os clandestinos, só que agora o trem virô do avesso, e nós que era camelô autorizado a muitos anos, passamo a ser clandestino...”⁽¹⁹⁾

Ainda restam alguns poucos ambulantes na área central da cidade. A maioria vendem pequenos enfeites femininos, utensílios domésticos “mágicos”, pirulitos para crianças, enfim, uma situação bem diferente daquela do início de nossa pesquisa onde se vendiam até aparelhos de tv e vídeos cassetes nas ruas centrais. Atualmente, na praça Tubal Vilela, evidencia-se o crescimento do número dos vendedores de passes, podendo-se visualizar até seis (06) indivíduos apregoando o produto ao mesmo tempo. Há apenas alguns dias pude presenciar uma “rusga” entre os mesmos devido à disputa pelo “ponto”. O pedido “quem comprar ajuda” está aumentando!

¹⁹ Depoimento colhido por Luciene Alves Martins constantes de sua monografia “Ambulantes e Camelôs: Desempregados ou Trabalhadores em Busca de Autonomia? Uberlândia 1970-1995, Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 1997.

Segundo um depoimento de um desses vendedores, a prefeitura continua sua perseguição aos ambulantes:

“Num é fácil meu amigo! Você acredita que os fiscal até já andaram duvidando de minha honestidade? Éééé, é isso mesmo! Você se lembra quando robaram aquela muntueira de passe lá na prefeitura? Então, os mardito chegou aqui com uma conversa mole de que era bom a gente pará de vendê porque a pulícia podia pensá que a gente é que tinha roubado. Pode um negócio desses? Todo mundo sabe que a gente compra os passes é daqueles trabalhado que pega eles na impresa e não usa. Do pessoal que trabalha na prefeitura eu mesmo já comprei os monte. E depois, né, eles quebraram a cara porque logo, logo eles pegaram os ladrão. Era os próprio vigia da prefeitura que tinha roubado.(...) É desse jeito, o sujeito tá tentando ganhá seu sustento honestamente, trabalhando duro, porque sê vendedô ambulante não é moleza igual muita gente pensa, e é chamado até de ladrão”.⁽²⁰⁾

como já afirmamos a disciplinarização das atividades ditas informais em Uberlândia, seja capitaneada pelos empresários, seja pelos poderes públicos instituídos, exposta até o momento, reveste-se da mesma lógica presente nos discursos e nas ações dos poderes instituídos a nível nacional:

“Nesse sentido, outro conjunto de ações do Governo Federal refere-se à necessidade de reformar as relações de trabalho no País. A mudança é necessária para que elas se ajustem aos novos padrões de negociação entre o capital e o trabalho estabelecidos pela atual dinâmica social, política e econômica no Brasil. Além disso, torna-se imprescindível adequar o funcionamento das instituições que atuam no mercado de trabalho e, também, a legislação trabalhista aos requisitos de uma economia aberta e competitiva. É necessário,

²⁰ Vendedor de passes que atua na Praça Tubal Vilela. 48 anos de idade, casado, pai de quatro filhos. Pediu para não ser identificado, segundo ele por medo de represálias da parte dos fiscais. Depoimento dado ao autor.

ainda, estimular a transição para um sistema de negociação ágil, flexível e democrático, em substituição ao sistema vigente, que se caracteriza por ser estatutário, rígido e autoritário.”⁽²¹⁾

Por trás deste discurso se esconde a desregulamentação das relações de trabalho, a precarização das mesmas e as perdas das conquistas históricas dos trabalhadores. O que se pretende, na verdade, é “formalizar” estas perdas trazendo para “a luz da lei” os aspectos da informalidade que beneficiam aqueles que sempre dominaram o país e tratando como marginais (no caso dos camelôs e ambulantes) os aspectos que não lhes interessam. Essa dominação, entretanto, tem se dado entremeada de resistências e adequações. É o que demonstrarei no próximo capítulo.

²¹ “Emprego no Brasil : diagnóstico e políticas”. Biblioteca. Seção de Processos Técnicos – MTb, Brasília: Assessoria Especial do Ministro, 1998.

Capítulo 3

OS SIGNIFICADOS DAS TRANSFORMAÇÕES NAS RELAÇÕES DE TRABALHO: os dois lados da moeda

Como afirmei no capítulo anterior as transformações nas relações de trabalho, no contexto da terceirização, subcontratação e informalidade, pautam-se por adequações e resistências, ganhos e perdas da parte dos trabalhadores. A partir dos depoimentos das costureiras, pedreiros e serventes, ambulantes e camelôs procuramos atribuir significados a essas adequações e resistências procurando compreender como estes trabalhadores têm experimentado essas relações de trabalho.

No depoimento abaixo, de uma costureira que trabalha numa pequena confecção sem registro em carteira, pode-se perceber esta adequação:

“(...) é que trabalhando como autônoma, eu estou trabalhando pra mim. É uma possibilidade que eu tenho de ter meu próprio negócio, né? E, futuramente meus filhos vão trabalhar junto comigo e formar uma equipe em família, que eu espero, seja bem grande(...). trabalhar como autônoma te dá mais possibilidades”.⁽¹⁾

Na fala de Silvana percebe-se uma total assimilação do discurso dos empresários quando estes afirmam que as costureiras

¹ Silvana, costureira contratada em pequena confecção, sem registro em carteira, 30 anos de idade, casada. Depoimento dado ao autor.

obtêm mais vantagens trabalhando como autônomas (por facção). Ela ainda não experimentou a modalidade de trabalho “formal” (registrada em carteira) e nem a terceirizada. Perguntada se não preferiria ter o registro em carteira, ela argumentou que o custo que a patroa deixa de ter com os encargos sociais é repassado para o seu salário e, por isso, prefere não ter o registro, já que esse “dinheiro a mais que entra” pode ser utilizado com despesas médicas, por exemplo, ao passo que registrada, ela teria que se servir do serviço público de saúde, que segundo ela é totalmente ineficaz. Na prática porém, ela não tem nenhuma vantagem, visto que a diferença salarial entre ser ou não registrada gira em torno de apenas cinquenta reais, enquanto que uma consulta a um médico particular em Uberlândia está variando, atualmente entre cinquenta e setenta reais. Sem contar que ela não tem acesso aos direitos trabalhistas. Por outro lado, está presente o sonho de ter seu “próprio negócio” que é recorrente para a maioria dos entrevistados e que como veremos mais adiante é um componente importante para manter os trabalhadores na informalidade.

O próximo depoimento, de uma costureira de uma pequena confecção, com registro em carteira, deixa transparecer outra percepção:

“Deixe eu ver como eu poso te falar...bom, eu acho que se fosse pra usar a terceirizada, iria explorar mais, porque ela iria querer ganhar mais, já que ganha por produção, então... não é que iria explorar, a pessoa ia querer trabalhar mais pra poder ganhar mais, sei lá, eu tenho pra mim que eu ia tá me aproveitando dela.

Mas... num sei... talvez a hora que eu montasse a minha confecção eu mudaria de idéia, né? Seria bem mais prático. Então... é bem difícil da gente falar sobre isso porque se eu tivesse a minha confecção, iria usar a mão-de-obra terceirizada, seria mais prático, mas como funcionária... num sei... ”⁽²⁾

Na fala de Suely, a costureira acima, podemos perceber uma indecisão no que se refere a utilização da mão-de-obra terceirizada. A assimilação do discurso não é total. Ela já tendo experimentado trabalhar com e sem registro, descarta a possibilidade de trabalhar “sem carteira assinada porque a costureira tem de ter segurança no serviço”. Ao falar da terceirização, demonstra que tem uma certa consciência e que esta modalidade de trabalho é uma forma de “se aproveitar da costureira” e que, para a proprietária é bem mais vantajoso. Segundo ela, sabe como é o trabalho terceirizado a partir de conversas com colegas de trabalho. A dúvida aparece em sua fala, visto que, apesar de ter a consciência da exploração, sonha, como a maioria das costureiras, com o momento de ter sua confecção própria.

O que temos percebido, no transcorrer da pesquisa, é que este sonho, que as vezes se torna “realidade”, tem funcionado como um combustível que mantém a modalidade terceirizada em franca expansão. Isso acontece a medida que algumas costureiras que nela ingressam conseguem “contratar” uma ou duas amigas para trabalharem

² Suely, costureira atualmente contratada em pequena confecção, registrada em carteira, 23 anos de idade, solteira. Depoimento dado ao autor.

para si. Pensamos que é justamente por terem consciência de que a terceirização é uma forma de superexploração do trabalho, e que portanto proporciona bons lucros, é que a maioria das costureiras acalentam esta esperança. Enquanto no âmbito da grande confecção, ter o próprio negócio é apenas um sonho, no âmbito da terceirização e pequenas confecções, este sonho a vezes é alcançado, mesmo que parcial e ilusoriamente. Este desejo de montar sua própria confecção, faz com que cada vez mais, costureiras ingressem na modalidade terceirizada que segundo elas, seria o primeiro passo para a realização desse desejo. Raras foram as entrevistas em que este não apareceu.

O próximo depoimento é de Amélia que na época em que este foi colhido trabalhava como autônoma. Hoje tendo revisitado-a descobri que a mesma não mais trabalha como costureira:

“Não vale a pena costurar pra terceiro. Ele pagam um real pra fazê uma calça de ‘jeans’, eles pagam um e cinqüenta pra fazê uma calça social, quer dizer, eu vou trabalhar o dia todo pra ganhá cinco reais(...) de terceiro não dá pra gente, eles aproveita muito da costureira”. Você veja isso aqui, (nesse momento ela tirou de uma gaveta algumas etiquetas) isso é as etiquetas que eles traz prá gente pregá nas roupa. Até hoje eu ainda tenho essas aqui. A pessoa que vai na loja comprá uma roupa vê essa etiqueta e imagina que é de ‘grife’ né. Que foi feita numa empresa grande, cheia de funcionário, que paga bem esses funcionário, aqui ó! (faz um gesto significativo levando o dedo ao olho e abaixando a pálpebra inferior) Essa pessoa paga aí seus trinta (30) reais numa calça e a boba aqui recebia só um (1) real? Prefiro costurá prá particular mesmo”.⁽³⁾

³ Amélia, ex-costureira autônoma, 52 anos de idade, amasiada, 5 filhos. Atualmente trabalha como auxiliar de serviços gerais em um frigorífico.

Em sua fala aparece a aversão à modalidade terceirizada. Tendo experimentado todas as modalidades de trabalho, adquiriu através destas experiências a consciência das diversas formas de exploração, implementadas pelos patrões. Optou em trabalhar como autônoma justamente por recusar a se submeter a exploração. Quando da nova entrevista ela argumentou sobre o motivo que a levou a deixar a profissão:

“Olha minino, eu deixei de trabalhá prá patrão porque não achava justo dar de graça pra ele meu suor como você mesmo já sabe. Então dava prá me virar costurando pro pessoal aqui do bairro mesmo. Mas aí as coisa foi ficando mais difícil porque ninguém mais quer saber de mandar fazer roupa né (...). Você mesmo, dá pra ver que essa sua roupa foi comprada feita, ou num foi? Então! Se eles (os proprietários de confecção) pagam... eu juro que esse preço que eu vou te falá é a pura verdade, quero que Deus me cegue se eu tivê mentindo, então eles pagando vinte e sete (27) centavos prá fechar uma camiseta, dessas mais ‘fraquinha’ né, quanto é que ela sai na loja? No máximo por uns dez reais. Então você vai preferi comprá na loja do que mandá fazê num é mesmo? Até porque é mais ‘chique’ comprá em botique, tê ‘grife’, do que pagá uma costura sem nome que nem eu. Então a coisa foi apertando e eu tive que pará. Você veja que mesmo eu num trabalhando prá eles, eles me incomoda (risos). Tô agora me matando de trabalhá no frigorífico prá ganhá pouco mais dum salário, mais a gente tem que vivê, é ou num é?”⁽⁴⁾

Percebe-se até aqui que as costureiras tem as mais variadas opiniões sobre o contexto da relações de trabalho em que estão inseridas. Na minha opinião isso se dá, devido ao fato destas relações

⁴ Idem.

ainda apresentarem um caráter de mutação, no que se refere a justaposição das modalidades de trabalho formal, informal e terceirizado, o que não permite que as trabalhadoras do setor formem um consenso, mesmo que relativo, a respeito das mesmas. Além do que, elas experimentam estas relações em momentos e contextos diferenciados. Para algumas este processo se apresenta como algo novo, capaz de propiciar-lhes melhores condições de vida e trabalho, para outras, dependendo de sua experiência no setor, configura-se como uma forma a mais de exploração. Ressalte-se que mesmo algumas que têm uma longa experiência profissional, acabam sendo seduzidas pelo sonho de montar o próprio negócio.

Voltando a esse sonho de montar a confecção própria, observemos como Maria Abadia fala sobre ele:

"(...) eu sempre tive muita ambição, eu sempre quis costurar pra fábrica, ter uma fábrica, ter uma loja, e essa menina que chama Edilaine, ela já costurava e já vendia, ela começou fazer peça íntima (...) e aí um dia a gente começou a conversar e resolvemos costurar juntas. eu comprei uma Overlok, ela comprou uma e eu comprei outra e nós começamos a costurar, e até que vendia bem... vendia na rua... depois da rua o pessoal já vinha na gente... depois já passamos a entregar pras sacoleiras. Mas só que isso é muito de época. Tem época é bom, tem época que é ruim demais e tem época que se você não tiver força, você tem que pará. Pará ou trabalhar bem menos."⁽⁵⁾

⁵ Maria Abadia, costureira, atualmente terceirizada, 32 anos de idade, separada, 1 filho.

Foi possível perceber, que, após um determinado momento de crise no setor, com o posterior reaquecimento do mercado de consumo, abre-se a possibilidade para algumas costureiras, antes terceirizadas ou autônomas de ingressarem neste mercado, não mais como trabalhadoras apenas, mas como um misto de trabalhadora/pequena proprietária “contratando” ou “fazendo sociedade” com uma ou duas amigas. É esta dinâmica que, como já dissemos, alimenta a justaposição e integração dos mercados de trabalho formal, informal e ou terceirizado criando a ilusão da possibilidade de ascensão social para as costureiras. Dizemos ilusão porque esta ascensão é um caminho de mão dupla, já que, aquela trabalhadora/pequena proprietária, ao menor sinal de retração no mercado de consumo, voltará à condição de trabalhadora apenas, seja em qualquer das modalidades de trabalho das quais estamos tratando.

Ainda sobre a questão da exploração, pode-se perceber também que está se formando no meio das costureiras uma noção bem consistente de exploração, á medida que estas, mediante o processo de terceirização, passaram a ter um contato mais direto com preços de tecidos, aviamentos, e compra e manutenção de equipamentos. Este contato propiciou eliminar um os elementos de alienação do trabalho, que é a separação completa entre produtor e produto a partir da especialização e parcelamento da produção. É daí que emergem as resistências dessas trabalhadoras.

Vejamos como isso aparece na fala da costureira Heloísa, assim como apareceu na de Amélia:

“(...) Eles exploram muito, né? Nós estávamos costurando numa confecção, eu e essa minha amiga, e a pessoa pagou pra nós, três reais a peça, e por um acaso ela (a amiga) foi no Center Shopping e viu aquele vestido que ela fez... ou talvez tenha sido seu que tenha feito, sendo vendido por sessenta reais. Nós não somos bem remuneradas, sabe? Uma camisa que a gente costura por dois e cinquenta(...) a gente sabe que ela é vendida por quarenta ou trinta e cinco reais... a gente sabe o preço que ela pagou pra gente, o valor do aviamento, a linha é da gente quando a gente costura em casa, o aviamento é preço irrisório e o tecido também, a gente vê que ela ganha duzentos a trezentos por cento em cima do nosso trabalho.(...) era ‘modinha’ feita no coton (tipo de tecido) nós fazíamos... nós éramos quatro mulheres que trabalhava lá, nós fazíamos uma média de quatrocentas peças por dia”.⁽⁶⁾

Percebe-se, nas falas acima, que a noção da exploração vem do fato delas conhecerem os custos da produção, em seus vários elementos constitutivos, como os aviamentos, o tecido, o tempo gasto na execução de uma determinada quantidade de trabalho, o valor da compra e manutenção das máquinas, entre outros, comparando estes elementos com o valor final do produto.

Em quase todas as falas apareceu a percepção da exploração a partir da comparação destes elementos, ora explicitamente, como nas falas de Heloísa e Amélia, ora implicitamente, quando Suely diz que se

⁶ Heloísa, costureira, atualmente terceirizada, 35 anos de idade, separada, 7 filhos.

fosse proprietária de confecção utilizaria a mão-de-obra terceirizada e que enquanto trabalhadora não trabalharia por facção.

Na construção civil também não é diferente. As opiniões variam de acordo com a experiência, com as idiossincrasias, visão de mundo de cada trabalhador:

“Pedreiro é uma profissão muito estranha cara, é foda, dá não, é muito pesado. (...) cê chega sujo em casa,... não te dá gosto de trabalhar, sabe. Não tem aquele empenho direito, então é isso. Agora uma profissão que ocê trabalha limpinho não é melhor?, chega limpo em casa e tal. (...)Permaneço porque dá mais um dinheirinho né. É, essas profissões não dá nada, se vai trabalha aí de carteira assinada, se ganha uns cento e vinte real por mês. O cara ganha cento e vinte real por mês ele não compra nem a roupa dele usá, né. Então não dá, tem que ganhá um dinheirinho a mais”⁽⁷⁾

Percebe-se neste depoimento que apesar do trabalhador repudiar a profissão devido as condições de trabalho desagradáveis sua argumentação de que as outras profissões (onde se assina a carteira e se “trabalha limpinho”) não “dão nada” não procede uma vez que os rendimentos dependerão, entre outras coisas, do nível de qualificação do profissional, trabalhe este sujo ou limpo. Neste sentido a visão de que o trabalhador tem de sua profissão obscurece a visão que as demais pessoas têm da mesma (que é uma atividade que não exige muita qualificação) e por ser assim considerada apresenta uma baixa

⁷ Depoimento colhido por Edmilson Lino Guilherme, constante de sua Monografia “As Experiências de Trabalhadores Autônomos no Setor da construção Civil: Uberlândia 1970-1997, Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 1998.

remuneração. É importante ressaltar que a questão da qualificação é um componente ideológico onde está imbricado valores que têm determinados significados. Se para a sociedade em geral e, principalmente para quem explora o trabalho na construção civil, a mão-de-obra é “desqualificada” para muitos trabalhadores isso não é verdade:

“E tem outra coisa! Se não fosse a gente, o ‘gato’ como eles diz, (o depoente em todos os momentos de sua entrevista mostrou-se indignado por ser tratado como “gato”) quem é que ia dá trabalho pra essa quantidade de gente que vem prá cá? O cara chega aqui (em Uberlândia) com a mão na frente e outra atrás. As veiz não sabe nem lê nem escrevê, é um bicho bruto, então eu pergunto: uma pessoa assim vai achá trabalho numa empresa decente? Claro que não! Ele vai tê que pegá é no pesado mesmo, de servente. Então, os pequeno empresário como eu é importante porque dá emprego pra essa gente toda num é mesmo? Hoje pessoa assim nem mesmo nas grande (nas grandes construtoras) eles consegue arranjá emprego, num consegue não, pois num consegue nem preenchê a ficha de admissão só! Então é o ‘gatão’ aqui que emprega. Ai depois que o cara aprende um pouquinho a profissão, larga a gente e sai falando mal da gente por aí. É assim que a coisa funciona.”⁽⁸⁾

“... muita honestidade né. Primeiramente a honestidade e conhecimento, porque... aperfeiçoamento do seu trabalho. E se ocê faiz um serviço bem feito, você tem o seu cartão de visita. Eu nunca procuro serviço, sempre o serviço que eu tinha feito, todas as pessoas vem e me chama. Se informa de quem fez esse serviço. Eu graças a Deus eu nunca precisei de tá procurando serviço e outra, eu nunca parei o serviço no meio do caminho, não cheguei

⁸ Altair, conforme citado no capítulo 2.

a isso. Se fô prá fazê mal feito, eu não pego o serviço. Eu prefiro ficá parado”⁽⁹⁾

“É igual eu te falei, aprendi a profissão naquela gata com o seu João. Pro gato eu num devo nadinha de nada. Ele só fazia era roubá da gente. Agora pro seu João a história é diferente. Mesmo ele sendo meio carrancudo e num gostá muito de ensiná a gente, tudo que eu aprendi eu aprendi foi cum ele. O véio era bom mesmo. Entendê de medida, de nive, de cubage, era com ele mesmo. E olha que ele num sabia mal escrevê o nome. Eu tenho até um estudo razoável (iniciou o segundo grau) mas num sei nem a metade que o véio sabia, e olha que eu sei muito, ele era dimais. De profissional só tenho inveja mesmo é do seu João (...) meu serviço é de primeira, você num acha um defeitinho assim, dá gosto olhá depois de pronto, porque o serviço de acabamento é como uma arte né, a pessoa tem que olhá e se sentir bem com aquilo que tá olhando. Quando a madame chega e diz — ‘tá lindo, tá maravilhoso, é igualzinho eu sonhei’ a gente se sente realizado, com a consciência de que é um profissional mesmo, dos bons. E graças a Deus eu posso dizê sem medo que essa qualificação eu tenho: de sê um excelente profissional de acabamento”⁽¹⁰⁾

A partir dos depoimentos acima é possível perceber que o termo qualificação tem significados diferenciados para o gato e para os pedreiros. Enquanto para o primeiro a desqualificação se estabelece de acordo com a escolaridade, para Wagner um pedreiro semi-analfabeto é mais qualificado que ele próprio que chegou a fazer o segundo grau e que esta qualificação se expressa na qualidade do trabalho realizado. Já

⁹ Depoimento colhido por Edmilson Lino Guilherme, constante de sua Monografia “As Experiências de Trabalhadores Autônomos no Setor da construção Civil: Uberlândia 1970-1997, Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 1998.

¹⁰ Wagner, conforme citado no capítulo 1.

no depoimento colhido por Edmilson Lino a honestidade para com o cliente, além do trabalho bem realizado, aparece como um valor ligado a um profissional bem qualificado.

A questão da qualificação profissional é um importante componente das relações de trabalho, principalmente, no que se refere às transformações destas. Até mesmo no setor da construção civil que sempre foi vinculada a imagem da desqualificação, de “trabalho bruto”, estão ocorrendo mudanças nesse sentido. Assim como no setor de confecções onde existe uma preocupação de “treinar” a mão-de-obra no contexto da qualidade total, na construção civil já aparece o mesmo tipo de treinamento:

“Nas construtoras grandes, hoje eles já dá treinamento pra gente. Mais num é nada assim que a gente já num sabia não. Pelo menos pros pedrero né. Servente é outra conversa. Eles ensinam é como não desperdiça material, como não sujá muito a obra, espalhando caco de material prá todo lado né... E como tê mais segurança no trabalho, num machucá muito né... Como utilizá de novo esses caco, essas coisas. Agora o serviço mesmo de pedrero, esse num tem jeito, a gente é que acaba ensinando os engenheiro (risos). Esses, da nossa profissão num sabem é nada.(...) O que eles qué mesmo é que o pedrero aprende a ecomizá prá eles, prá obra podê sai mais barata e eles ganhá mais num é mesmo? Além de num tê gasto com acidente de trabalho. E pro pedrero acaba sendo ruim porque se você pega uma tarefa (em certos casos a construtora paga por tarefa realizada) e tem que ficá com esses cuidado de num desperdiçá, de num sujá, então você acaba demorando mais prá terminá as tarefa e no fim do mês acaba recebendo menos (...). Agora, pra eles é interessante né, a obra sai mais barato e eles ainda paga a gente menos. E outra coisa, esse negócio de aproveitá resto de material, eu num concordo

com isso não. É por causa disso que de vez em quando você vê aí na tv que um prédio desabô, ora se não. (...) De todo jeito o bom mesmo é trabalhá por conta, construtora e gata num dá jeito não, eu num mexo com esse povo mais não.”⁽¹¹⁾

Aqui, como no setor de confecções, os treinamentos longe de significar uma qualificação técnica, específica da profissão, aparece como uma forma a mais de exploração, um meio de baixar os custos da produção propiciando uma maior lucratividade para o empresário em detrimento de benefícios para o trabalhador.

Entre os camelôs e ambulantes a questão da qualificação não apresenta um significado especial. Quando muito, se referem a um “dom” ou “tino” especial para o comércio. Nesse sentido, não seria necessário nenhum aprendizado visto que esse dom seria uma característica inata da pessoa. Nos depoimentos foi recorrente da parte dos ambulantes/camelôs admitirem que não tinham uma qualificação para o mercado de trabalho:

“Bom, eu vendo passe primero porque eu preciso ajudá a sustentá a família e depois, eu tô com 53 anos, nunca fui muito de escola (cursou até o 4º ano primário), então o que me resta? É ‘camelá’ mesmo seu. Qual é a firma que vai me dá serviço hoje? Nenhuma. Agora, tem muita gente camelando por aí que tem estudo, tinha imprego bom e hoje num acha serviço mais, com essa crise toda né.(...) Mais esses, eles é diferente: o cara sai duma firma, pega seu tempo de serviço (fundo de garantia), compra aí um carrinho de sanduiche bem montado, bem bonito, essas Vans que o senhor já viu por aí num já? Esses num é bem um camelô, agente pode até dizê que é um pequeno empresário. Agora a gente não, é camelô mesmo, imbaixo de chuva e de sol, a gente num tem outra

¹¹ Sr. Reis, conforme citado no capítulo 1.

opção... num tem estudo, num tem capital de giro, num tem idade que as firma aceita. Só tem a cara e a corage prá trabalhá. É por isso que eu sô camelô(...). mais tenho muito orgulho de sê, porque camelando eu não perciso robá de ninguém prá criar os fio, aliás, meus fio tá tudo criado, eu ajudo agora é criá os neto, você sabe como tá essa moçada de hoje né, minha menina mais nova tem só 17 ano e já tá lá cum bacurizinho, lá im casa".⁽¹²⁾

Apresentei no início deste trabalho o vendedor de salgados que, infelizmente, como milhares de trabalhadores no país foram jogados na indigência. Seu depoimento, antes de cair em desgraça também aponta para a desqualificação profissional como "opção" para atuar como ambulante:

"Veja bem meu amigo, eu vim da roça. O pai tinha um sitiozinho ali perto de Araxá e quando ele morreu, nós era 6 irmão e aí os outro 5 quiseram vendê nossa terrinha. Ocê sabe como é, prá num dá briga todo mundo concordô (...). Deu um mixariazinha prá cada um (...). Eu já era casado de poco e vim prá cá com a mulhé e as criança porque sempre havia dizê que aqui tinha serviço prá todo mundo. Eu tenho um casalzinho sabe? Chegando aqui só conseguia uns trabainho mixuruca por uns dias e ficava um tempão parado, capiná quintal, servente de pedrero... minha mulhé pegava umas ropa prá lavá, essas coisas né. num consegui trabaio bom de jeito manera. Num tinha estudo nenhum, num tinha amigo, arguém me indicasse então minha mulhé que graças a Deus tem uma mão de santa prá cozinha deu a idéia de fazê salgado e quitanda prá vendê e assim tamo até hoje. Num dá prá ficar rico, mais dá pra prá comê, vesti e pagá um aluguelzinho, mais é bem mió que trabaia de servente de pedrero. A gente já tá até vendendo prá uns barzinho aí. Eu tentei arrumá um lugar lá

¹² Sr Batista, casado, 53 anos, pai de 4 filhos, atua como vendedor de passes de ônibus na Praça Tubal vilela. Ele foi um dos que foram impossibilitados de trabalhar nos espaços reservados pela Prefeitura aos ambulantes e sobre isso não permitiu que se gravasse depoimento. Segundo ele "foi uma coisa que docu muito". Depoimento dado ao autor.

no camelódromo da Floriano prá podê montá assim... tipo um barzinho né, mais além de num tê o dinheiro prá pagá as taxa aquele negócio das vagas lá é tudo cambalacho. Mas se Deus quizé e Nossa Senhora da Abadia ajudando a gente ainda vai tê uma quitandaria só nossa, ocê vai vê só”⁽¹³⁾

Como já havia afirmado seu sonho durou pouco. Não colhi mais depoimentos, após tê-lo encontrado mendigando, por dois motivos: primeiro não senti da parte dele nenhuma disposição para tal e, segundo, eu próprio não me sentia a vontade para pedir um depoimento face a sua desconsertante fragilidade. Uma frase, entretanto, dita com os olhos marejados d’água, ficou-me gravada na memória: *“se Deus quiser e Nossa Senhora da Abadia ajudando vô consegui voltá prá roça meu amigo, lá fome a gente num passa!”*

No outro dia, voltei ao mesmo lugar onde já o vira durante uma semana, pois prometi a ele levar-lhe algum dinheiro para que ele e sua família pudesse voltar a sua cidade de origem, no que ele concordou. Não o encontrei e desde então não mais o vi na cidade. Um outro ambulante que sempre “prozeava” com ele me disse tivera informações que ele estava sozinho (sem a família) num Albergue da cidade denominado Ramatis, procurei-o lá mas também não o encontrei. Vez ou outra vejo sua esposa (cheguei a vê-la algumas vezes na companhia do marido e das crianças) na cidade e ao que parece ela não está na mesma situação que o encontrei da última vez. Ele não vi mais.

¹³ Por uma questão de respeito a este trabalhador, devido à condição de miséria que estava, ou ainda está vivenciando, penso ser meu dever não citar seu nome.

Teriam se separado? Teria ele conseguido voltar à sua cidade natal? Se assim o foi, porque não levou a família? Confesso não ter coragem para abordá-la e pedir-lhe informações a respeito do marido. Esta experiência de vida e trabalho, para mim, não terá um desfecho. Entretanto fica seu significado: apesar de todo o discurso de “flexibilização das relações de trabalho” como sinônimo de modernização destas com “ganhos sociais”, de “apoio a economia informal” como forma de “amenizar a crise do emprego”, aquele que não se adapta as regras do capitalismo que hoje se pautam pela “qualificação” da mão-de-obra para um mercado formal cada vez mais restrito, pode passar por essa sofrida experiência.

Provavelmente, se o vendedor de salgados tivesse conseguido a vaga no camelódromo sua experiência tivesse sido diferente. Sobre o “cambalacho” apontado por ele tem-se o seguinte:

“...Agora a vida do ambulante aqui dentro de Uberlândia, tem uma parte muito negra também, tem uma parte escura que quase ninguém conhece, nem o próprio ambulante admite, mas é verdade. Hoje dentro de Uberlândia tem pessoas que estão passando fome, inclusive a Associação está ajudando porque estas pessoas estavam trabalhando há tempos passados e a Secretaria de Ação Social, resolveu remanejar o pessoal de uma área pra outra e deixou muita gente de fora, pessoas que não têm como trabalhá, são pessoas com setenta e cinco anos, setenta e oito anos, é sessenta e oito anos, pessoas nessa faixa de idade que são aposentados e ganham um salário mínimo e vive doente. Esse comércio pra eles compretaria as despesas deles né, e foram desativados seus comércios. E a Secretaria de Ação Social, tirou o direito desse pessoal trabalhá. E esse pessoal hoje se encontra numa situação muito difícil na casa deles...”⁽¹⁴⁾

“Até a gente fica com vergonha, porque fizeram uma comissão tão

¹⁴ Depoimento colhido por Luciene Alves Martins constantes de sua monografia “Ambulantes e Camelôs: Desempregados ou Trabalhadores em Busca de Autonomia? Uberlândia 1970-1995, Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 1997.

*safada, que a gente tem que falá, na cara deles o que eu Já falei. É tão safada que até a minha idade foi alterada na Comissão da Prefeitura...*¹⁵

O que ficou claro a partir dos depoimentos dos ambulantes e camelôs é que além de passarem a ter custos maiores com a implantação dos camelódromos, para manterem-se atuando ficaram na dependência do autoritarismo das assistentes sociais e da corrupção de alguns fiscais da Prefeitura.

Voltemos às costureiras.

Outras formas de exploração, melhor dizendo, superexploração do trabalho, além da subcontratação, apareceram em nossa pesquisa. Uma delas refere-se as “encomendas especiais” que as proprietárias conseguem junto a amigos e parentes em ocasiões específicas e conseguem com isso um sobre-lucro explorando o “trabalho artesanal” das costureiras. Esta encomendas especiais referem-se a modelos considerados de “alta costura”, ou no dizer da costureira Marilda, “roupa de festa”:

“É... vamo supor, vai ter um casamento de uma parenta deles, né? Da dona da confecção. Ai como ela sabe que tem uma costureira lá, que dá conta do serviço, ela pega aquele vestido pra fazê, ai ela simplesmente, pega eles e passa pra costureira, né? O estilista desenha do jeito que a pessoa quer, ela passa pra cortadeira, passa pra costureira, ela faz, e a dona vai e entrega” e cobra lá da parenta o preço de alta costura mesmo. Coisa de granfino, e recebe o dela né. Prá gente ela repassa o mesmo valor

¹⁵ Idem.

das peça comum que a gente faiz na confecção (...). (nesse momento Marilda dá uma gostosa risada e faz um gesto característico com a mão, esfregando o indicador e o polegar, dando a entender que a proprietária lucrou muito com a “encomenda”). É ganhá dinheiro fácil nas costa da gente, é claro que é”⁽¹⁶⁾

No que se refere à remuneração, as costureiras foram unânimes em afirmar que no interior das pequenas confecções, não se ganha mais que dois salários mínimos, incluído aí um adicional por produtividade, e que existe uma prática da parte das patroas de, “escamotear” este adicional na hora de contabilizar o que é devido à elas. A percepção da exploração mediante a mal remuneração, a transferência dos custos da produção para as costureiras terceirizadas, as péssimas condições de trabalho no interior das pequenas confecções, as horas que a costureira têm que “esticar” até tarde da noite, o trabalho simultâneo em dois lugares, ou seja, em casa como terceirizada, e contratada numa pequena confecção, foi uma constante na maioria dos relatos.

Encontramos também em uma pequena empresa, já citada neste trabalho (aquela onde as funcionárias assistiam vídeos de “treinamento” em seu horário de almoço), uma forma interessante de superexploração do trabalho. Havia um quadro na parede com uma inscrição e onde estava afixado um relógio de pulso. A inscrição era a seguinte: “ESTE RELÓGIO SERÁ PRESENTEADO A QUEM CONSEGUIR CRIAR UM NOVO MODELO DE BERMUDAS”. Ora,

¹⁶ Marilda, costureira, atualmente terceirizada, 38 anos de idade, separada, 2 filhos.

um *designer freelancer* cobraria no mínimo R\$ 70,00 (setenta reais) para criar o modelo solicitado. Se tivesse que incluir este mesmo profissional em seu quadro de funcionários, considerando-o em início de carreira, o custo não sairia por menos de R\$ 500,00 (quinhentos reais) mensais. Tive a curiosidade de apressar um relógio do mesmo modelo do afixado no quadro. Custava R\$ 18,00 (dezoito reais). Segundo o proprietário esta atitude "*fazia um bem enorme*" para as costureiras uma vez que "*estimulava sua criatividade*" e as fazia "*se sentirem gente*".

Se por um lado constatamos uma percepção aguçada da parte das costureiras, no que se refere à questão da exploração, por outro, percebe-se também práticas de adequação e resistência, quase que simultâneos, a esta exploração, referente a maneira de como elas travam o relacionamento com os pequenos proprietários e entre si.

Um dos elementos constitutivos dessa adequação é a afetividade. Pode parecer estranho falar em afeto, quando se está tratando de experiências e conflitos no interior de um determinado mercado de trabalho, porém, percebemos, na investigação, que este elemento é importante para se explicar um dos motivos da relativa submissão das costureiras às formas de exploração que investigamos:

"Eu, fulano de tal da silva (o nome foi alterado, a pedido de Marilda), residente nesta cidade de Uberlândia-MG, declaro que recebi da Sr.^a Marilda Nicomedes Pereira, a quantia supra e Cr\$ 46,800,00 (quarenta e seis mil e oitocentos cruzeiros), referente a

2ª parcela das 04 (quatro) de uma geladeira, compra em meu nome no MIG/SA, com vencimentos dia 27 de cada mês.

Sendo só firmo a presente em uma única via."⁽¹⁷⁾

O documento acima é um recibo referente a um geladeira que Marilda comprou, em nome do proprietário da confecção em que estava trabalhando na época. Segundo Marilda, o dono da confecção "*foi bonzinho na hora de comprar a geladeira*", que ela iria pagar. Mas, após a compra, ele "*sentindo que ela "estava nas mãos dele, devido a dívida, ele começou a fazer graça com a cara dela"*"(Marilda sempre utiliza a expressão fazer graça para se referir a qualquer forma de mal tratamento). Perguntada de como era possível este tipo de acordo entre patrão e empregada, ela esclareceu que propôs o acordo (de comprar a geladeira) pois considerava-o mais como um amigo do que como patrão. Na época o filho e a filha de Marilda, ambos menores, trabalhavam para o mesmo patrão de sua mãe. O menino na confecção, na produção de cintos e, a menina, como babá, para a filha do casal. Ambos sem registro em carteira. Tendo Marilda ficado com dificuldades para pagar as prestações da geladeira, propôs que o patrão acertasse seu "tempo de casa" que assim ela poderia saldar a dívida. O mesmo não aceitou e propôs, a seu turno, que os salários dos filhos de Marilda fossem utilizados para saldar as prestações. Resultado: Marilda pediu demissão e teve que entrar na justiça do trabalho para receber seu

¹⁷ Documento fornecido por Marilda. A mesma solicitou que o nome do ex-patrão não fosse divulgado.

“tempo de casa”, com o qual saldou sua dívida. Fiz este breve relato para mostrar que a amizade é um valor, que a vezes é utilizado como moeda de troca entre proprietários de confecções e costureiras.

Ressalto que, geralmente, é o patrão que se utiliza da amizade, de má- fé, objetivando tirar algum proveito da relação patrão/empregado, como por exemplo, conseguir que a costureira termine uma encomenda depois do horário, como nos relata Marilda:

“Eu trabalhei em muitas confecção que o patrão chega a ameaçar a gente de mandá embora: — ‘eu vou te mandar embora porque não tem condições, eu confio em você, sou seu amigo, e ocê não faz o horário que eu peço procê, não faz essa roupa até certo horário pra gente(...). Só que esse extra não entra na lista de pagamento não! Eles fala que entra. Na hora que a gente tá fazendo... mas na hora de pagá, é mil e uma desculpa, não tem jeito.”⁽¹⁸⁾

Esse caso de Marilda é específico, e não pode, e nem deve, ser generalizado, entretanto, em vários outros relatos a questão da amizade entre costureiras e proprietárias apareceu como um elemento constitutivo das relações, seja como uma forma se “dar bem com o patrão” e manter a vaga, seja como uma maneira da patroa “não perder uma costureira que sabe trabalhar bem”. Há casos também em que a proprietária “empresta” as máquinas para a costureira que vai prestar serviços, de forma terceirizada, para ela. Esta atitude, também é vista por algumas costureiras, como uma demonstração de confiança, e por

¹⁸ Marilda, conforme citado.

extensão, de amizade da parte da patroa. Aqui, a costureira não consegue perceber que a proprietária está visando assegurar a execução de uma encomenda de última hora, e por isso, lança mão deste recurso, justificando-se mediante a utilização do argumento de *“que só confia em determinada costureira para fazer aquele determinado trabalho, por isso está lhe emprestando o equipamento que a costureira não tem”*. Não estamos negando que esta amizade, de fato, não exista. O que estamos colocando é que ela é utilizada, a vezes, para se alcançar certos objetivos que transcendem a afetividade. Estamos chamando a atenção, também, para o fato de que estas práticas, pautadas pelo caráter interpessoal da relação patrão/empregado, não seria possível no âmbito de uma grande empresa, sendo, portanto, uma das características específicas que constituem as relações no interior do mercado de trabalho, no setor de confecções na cidade uma vez que aqui não existe nenhuma empresa de confecção de grande porte. Esta questão nos parece importante pois, apesar do discurso dominante se referir recorrentemente à *“modernização”* das relações de trabalho o que se tem é que esta modernização se dá a partir dos *“treinamentos doutrinatórios”* no contexto da qualidade total, e, na prática, ainda permanecem relações trabalhistas pautadas pelo paternalismo.

No que se refere as relações que as costureiras mantêm entre si, percebemos que além da amizade, a solidariedade decorrente desta, é também um elemento importante no estabelecimento de parcerias,

divisão de tarefas e numa certa cumplicidade na maneira de lidar com os proprietários:

“(...) eu me aperfeiçoei muito em malha, essa minha amiga não, então nós trocamos serviços. Seu não gosto e fazer camisa, definitivamente, não faço mesmo! Ela já gosta.(...) sempre trocando idéias, sempre, sempre. Troca serviço... essas que fazem serviço de fábrica, como eu faço. As vezes tá muito cheia de serviço lá... então elas (as amigas) vêm aqui e fala: — oi, Heloísa, ocê não qué fazer um pouco do meu serviço? Nós partimos o serviço e tudo bem! (...) aqui no bairro eu conheço umas dez costureiras. A maioria é assim”.⁽¹⁹⁾

Podemos observar que as costureiras “burlam” a vigilância dos proprietários de confecções, à medida que trocam encomendas entre si, independentemente do conhecimento destes.

Segundo uma proprietária me relatou, ela confiava na costureira terceirizada porque esta acaba “se tornando uma especialista em todo o tipo de costura”. Heloísa nos mostra que “todo o tipo de costura” só é possível a medida que se unem todos os tipos de costureiras.

Para a realização desta prática de trocar encomendas, desenvolvida por algumas costureiras, parece-nos fundamental que haja um consistente vínculo de amizade, e por extensão, uma boa dose de confiança, sem as quais este “esquema”, como denomina a costureira, não funcionaria. Esta prática expressa uma resistência à exploração, assim como a busca da autonomia no sentido de poder escolher o tipo

¹⁹ Heloísa, conforme citado.

de trabalho pelo qual a costureira tem afinidade, ou lhe é mais prazeroso executar.

Neste sentido, percebemos que, apesar do capitalismo ter como pressuposto introduzir a tecnologia em todos os espaços possíveis, o que tornaria as relações de trabalho impessoais e por mais que isso seja implementado, as trabalhadoras com as quais tivemos contato conseguem sempre colocar o humano, o afetivo, o imprevisível, mediante práticas que estão para além desta tecnologia. E mais, as proprietárias acabam se ajustando a estas práticas, mesmo sem saber, sem o que não conseguiriam executar a diversidade de encomendas que lhes são requeridas pelos lojistas.

A questão da autonomia apareceu como um elemento caro aos trabalhadores entrevistados. O sonho de ser seu “próprio patrão” que já discutimos. Na construção civil, no setor de confecções, entre os camelôs/ambulantes a busca da autonomia foi um tema recorrente:

“Tem meses que eu faço... trabalhando muito, mais é muito mesmo... de R\$ 1.000,000 à R\$ 1.400, 000, eu e uma amiga, a Sandra. Dividindo, dá uma média de 500 à 600 reais pra cada. Então prá quê que a gente vai ficá pendurada num cartão de ponto, agüentando chefe enjoado prá ganhá no máximo dois salário? E tem outra... no mês que a gente qué fazê uma viagemzinha, visitá um parente, a gente pega e vai. Num precisa ficá implorando prá patrão liberá a gente. A gente deixa de ganhá um pouco e vai. É claro que se a gente qué ganhá isso que eu falei, tem que quase morrer de trabalhá... mais a gente só faz se quisé num é mesmo?”⁽²⁰⁾

²⁰ Maria Rosa, costureira, atualmente trabalhando pelo sistema de facção, 36 anos, separada, 2 filhos.

“O negócio é o seguinte meu irmão, esse negócio de ficar dano o sangue pro senhor patrão num é comigo não! Tá vendo essa mão aqui? Olha só, parece uma lixa 0 (zero, a lixa mais grossa), eu num vô me matá de trabalhá desse jeito pro seu fulano embolsá meu dinheiro não, num vô mesmo! É por isso, só por isso que eu prefiro trabalhá pur conta, num tem outro motivo. Qué dizê, tem um monte né. Eu num preciso dá satisfação prá ninguém a num sê pro dono da obra, posso até tirá um dia, entre uma empreita e outra, sabe como é, prá tomá uma cervejinha, essas coisa. Mas o importante mesmo é podê ganhá mais prá sustentá a patroa e os filho né não? É isso aí.”⁽²¹⁾

“ser camelô é muito bom... tem lá seus problemas... os fiscais da prefeitura, a dificuldade prá transportar as mercadorias, mas isso a gente tira de letra. No geral eu gosto muito. Faço meu próprio tempo, de vez em quando viajo atrais de mercadoria... chega até a ser divertido cê acredita? O dinheiro não é lá essas coisas, dá pra fazer aí... uns... quinhentos reais livre por mês. Mas também, qual a firma que vai me pagar isso? Acho que nenhuma. E sabe de uma coisa? Eu nunca suportei chefe me dando ordens não. Eu não nasci prá isso. Sempre gostei de ser dona do meu próprio nariz”⁽²²⁾

Esse tipo de depoimento foi recorrente. Uma coisa chamou a atenção: sempre quando se referiram aos ganhos como motivo de estarem na informalidade ou como terceirizados, estes apareceram como “no mês que a gente trabalha mais” ou “muito” ou “prá morrer”. No caso da costureira acima é possível fazer um cálculo simples: recebendo a média de R\$ 600,00 reais por mês, “trabalhando muito, mais é

²¹ Adilson, pedreiro autônomo, 35 anos, casado pai de dois filhos. Depoimento dado ao autor.

²² Eliana, camelô, passou a atuar no setor depois da implantação dos camelódromo. Depoimento dado ao autor.

muito mesmo", como ela mesma afirmou até 16 horas por dia, se comparado ao emprego numa pequena confecção da cidade acaba caindo para R\$ 300,00 já que ali a funcionária trabalha apenas 8 horas. Já não estaria tão longe dos dois salários mínimos que ela se recusa a receber na confecção. Ressalte-se ainda que a funcionária da confecção não tem despesas com manutenção do equipamento e ainda tem os direitos trabalhistas garantidos, e assim como Maria Rosa também pode viajar uma vez que tem direito a um mês de férias durante o ano. No "frigor dos ovos" termina por não haver tanta diferença assim. É claro, do "chefe enjoado" com certeza ela está livre, mas, ao proprietário da confecção que contrata seus serviços ela tem que dar satisfações, além de cumprir os prazos da entrega. Segundo algumas costureiras este cumprimento dos prazos causa muito stress e é o que as faz "virar até altas horas da noite".

No caso da construção civil, os depoimentos que enfatizam o "ganhar mais" o "tempo livre" também são recorrentes. Entretanto, ao meu ver isto é questionável uma vez que nestes depoimentos, em geral, salvo algumas exceções, não aparecem, como acontece também com as costureiras, a redução do ganho quando se faz a opção por este tempo livre. O mesmo acontece em relação ao ganho extra. Não é feita pelos depoentes uma relação direta entre o tempo gasto a mais para se ter esse ganho extra comparando-o com uma jornada normal de 8 horas. Fazendo-se esta comparação entre um pedreiro autônomo, por exemplo,

e um registrado na construtora percebe-se que este último recebe o mesmo valor que o autônomo quando o registrado “opta” por fazer horas extras ou aceitar pagamento por tarefas. Este último, além da garantia dos direitos trabalhistas, ainda leva a vantagem de receber seu salário fixo todos os meses enquanto estiver empregado, isso em situação normal no mercado. Já o autônomo, mesmo dentro dessa normalidade as vezes fica até um mês sem conseguir rendimentos. Nesse caso, o ganho de um mês tem que ser dividido por dois e sua média de rendimento acaba caindo pela metade. Em tempos de crise do setor, alguns chegam a ficarem vários meses desempregados ou exercendo outro tipo de atividade pela falta de empreitas e sem a possibilidade de se registrarem em uma construtora ou trabalhar para um “gato” uma vez que estes também estão demitindo. No que se refere ao tempo livre entre uma empreita e outra temos este depoimento:

“É difícil. A gente num pode bobiá muito não, porque veja você: se eu termino uma obra, que me deu um dinheirinho de sobra, e num tenho outra na mira, eu até que eu podia pegar a famia, fazer um passeio, dá uma esparecida, isso faiz falta prá qualqué um. Mas o negócio num é fácil! Primero, se eu fizé isso eu vou gastá aquilo que tava sobrando das dispesa normal e si num aparicê outra empreita logo? A gente vai cumê o quê? Fica difícil (...). E mais, vai que a gente viaja justamente naquela semana que um freguezão, daqueles bão mesmo te procura prá empreitá aquele serviço que só aparece uma veis no ano? Ai você dança mesmo! Mais a gente arrisca, que ninguém é de ferro. Mais que é pirigoso é, num tenha dúvida disso. Mais eu prefiro assim que ficá amarrado im patrão”.⁽²³⁾

²³ Oséias, pedreiro autônomo, 44 anos, casado pai de dois filhos. Depoimento dado ao autor.

Não estamos aqui querendo negar que a busca de autonomia por parte dos trabalhadores seja um elemento de pouca importância nas relações de trabalho e que, enquanto valor cultural, não seja significativo para os trabalhadores. Tampouco estamos afirmando que este elemento seja algo novo no contexto das transformações nas relações de trabalho. O sonho de ter o próprio negócio, muito provavelmente, exista até mesmo antes do capitalismo ser estabelecido como modo de produção. O significativo é que essa busca de autonomia, esse “sonho”, alimenta atualmente a expansão da informalidade, da subcontratação e da terceirização e ao mesmo tempo serve como justificativa ideológica para a desestruturação das relações de trabalho, e, consequentemente, obscurece as perdas das conquistas dos trabalhadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inicialmente, antes de expor qualquer comentário de caráter mais conclusivo faz-se necessário uma ressalva ao trabalho como um todo. Muitos outros elementos poderiam ter sido apreciados na pesquisa. Pequenas empresas de recursos humanos que lidam mais diretamente com os treinamentos ancorados na qualidade total; projetos específicos para os setores estudados, como o projeto de criação dos camelódromos; e também um mapeamento, de caráter mais econômico, do setor informal e terceirizado são elementos importantíssimos para um aprofundamento do tema estudado. Entretanto, acredito que essa ampliação não seja possível em um trabalho monográfico, até porque, o fato de se trabalhar com fontes orais onera em muito o pesquisador no que se refere ao tempo dedicado à pesquisa.

É conveniente ressaltar ainda que as fontes orais, por si, como qualquer outro registro, não traz luz suficiente a um determinado processo estudado. Os significados extraídos, na verdade, é uma atribuição de sentido que está carregada dos valores do pesquisador que, em determinados momentos opta por recortar uma determinada fala e não outra. Nesse sentido, outro pesquisador poderia, por exemplo, recortar todas as falas que apontassem para uma positividade das transformações das relações de trabalho e formar a partir daí uma opinião totalmente oposta à minha. Apesar desta

afirmação ser bem conhecida entre os historiadores penso nunca ser demais ressaltá-la.

Pelo exposto até o momento foi possível inferir que as transformações nas relações de trabalho, contextualizadas em Uberlândia da década de setenta até o momento apresentaram-se de forma significativamente heterogeneizadas. Nesse sentido, não foi possível perceber um movimento uniforme e linear que pudesse nos apontar que estas transformações já estejam plenamente consolidadas. Ao lado de inovações, principalmente no que se refere ao gerenciamento das empresas ancorado nos pressupostos da qualidade total, permanecem práticas paternalistas e clientelísticas e formas de exploração do trabalho que remontam ao início do capitalismo.

Entretanto, no que concerne ao discurso dominante, sobre estas transformações, existe sim uma homogeneidade vinculada a necessidade de se escamotear as perdas sofridas pelos trabalhadores justificando assim o modelo econômico vigente pautado pela exclusão social. Dessa forma, esse discurso se apropria dos anseios dos trabalhadores, notadamente no se refere ao desejo por autonomia e liberdade, procurando dar um caráter de “modernização” das relações de trabalho carregado de positividade que obscurece, as vezes para o próprio trabalhador, a precarização destas relações.

É conveniente ressaltar aqui, que não estamos tratando, conceitualmente, esta situação pelo viés da “alienação” pura e simples do trabalhador. Isto seria reduzir o problema. Na verdade, a não percepção desta precarização passa, necessariamente, pela poucas possibilidades de reagir, de

forma contestatória às transformações experimentadas, adequando-se da melhor forma possível ao avanço das mesmas. Essa adequação nem sempre pode ser considerada como submissão, ao contrário, foi possível perceber uma consciência bem clara da situação, principalmente no que se refere a questão da exploração no trabalho. O problema é que a possibilidade de reação à exploração acaba empurrando o trabalhador para uma opção (informalidade, terceirização, subcontratação) que a seu turno apresenta outras formas de exploração e componentes ideológicos que ainda não estão sendo percebidos de imediato.

Entretanto, é possível perceber que a terceirização, as subcontratações e a informalidade já dão sinais de saturação. Isso é visível no crescente número de pequenas e micro empresas (apesar de não ter mapeado este acréscimo sistematicamente, essa visibilidade é percebida no cotidiano da cidade), dos camelôs e ambulantes. A tendência é que a concorrência por uma vaga no mercado informal se torne tão ou mais obstinada quanto no mercado formal bem como a concorrência entre as micro empresas para se estabelecerem. Quando do primeiro ano de pesquisa, onde pesquisava apenas o setor de confecção, uma costureira recebia setenta (70) centavos para fechar uma camiseta, trabalhando por facção. Atualmente elas recebem entre vinte e cinco (25) e trinta e cinco (35) centavos pelo mesmo serviço. Um pedreiro de acabamento, autônomo, segundo um dos depoentes, conseguia trabalho cobrando até seis reais (R\$ 6,000) o metro quadrado para assentar cerâmica. Atualmente a média está girando em torno de quatro reais e para não perder o

serviço alguns aceitam o trabalho por três reais. Pode ser que esta saturação possa contribuir para que os trabalhadores percebam melhor que por trás das apologias dominantes se escondam a precarização, a miséria, a exclusão social. Este é mais um motivo de acreditarmos que as relações de trabalho pautadas pela precarização não estão plenamente consolidadas. A ninguém é possível prever a capacidade de resistência ou de adequação dos trabalhadores.

O certo é que estamos vivendo um momento histórico no qual o tecido social está se rompendo, e, rapidamente. As transformações nas relações de trabalho, ao nosso ver, têm contribuído muito para isso. Se os trabalhadores retomarão suas lutas com mais ou menos intensidade, de forma mais ou menos radical, face a estas transformações é ainda uma incógnita. Se conseguirão apreender os significados das transformações nas relações de trabalho em toda sua extensão usando esta consciência em seu favor antes que o capitalismo encontre novas saídas, só o desenrolar da História dirá.

Afinal, em qualquer momento histórico que recortarmos as práticas dos sujeitos sociais, elas se nos apresentarão como um processo inacabado.

FONTES

1- FONTES RELATIVAS AO MINISTÉRIO DO TRABALHO E DO EMPREGO

Textos Publicados nas *Notas sobre o Mercado de Trabalho*

Nº 1: *A Evolução Recente da Oferta de Trabalho e do Emprego no Brasil*, Edward Amadeo, Ministro do Trabalho. Julho/1998.

Nº 2: *Geração de Empregos e Realocação Espacial no Mercado de Trabalho Brasileiro*, Ricardo Paes de Barros, Lauro Ramos e Sérgio Firpo. Julho/1998.

Nº 3: *Produtividade, Salários e Emprego na Indústria Brasileira:: uma Avaliação da Evolução Recente*, Regis Bonelli e Renato Fonseca. Julho/1998.

Nº 4: *A Evolução da Distribuição de Renda do Trabalho no Período 1994-1997: o Efeito Grande São Paulo*, Marcelo Neri. Agosto/1998.

No 5: *Dez Pontos sobre a Evolução Recente do Mercado de Trabalho*, Edward Amadeo, Ministro do Trabalho. Agosto/1998.

Nº 6: *Uma Avaliação da Evolução Recente do Diferencial de Rendimentos Formal/Informal*, Ricardo Paes de Barros, José Márcio Camargo e Sérgio Firpo. Setembro/1998.

Nº 7: *Competitividade da Indústria Brasileira nos Anos Noventa*, Regis Bonelli e Renato Fonseca. Setembro/1998.

Nº 8: *A Reforma Trabalhista Brasileira*, Edward Amadeo, Ministro do Trabalho. Outubro/1998.

Nº 9: *A Jornada de Trabalho a Tempo Parcial no Brasil*, Miguel N. Foguel, Assessor do Ministro do Trabalho. Novembro/1998.

Ministério do Trabalho – Biblioteca. Seção de Processos Técnicos – MTb, 1998.

2- FONTES RELATIVAS AO SEBRAE

- RAMOS, Flávio. A GRANDE DIMENSÃO DA PEQUENA EMPRESA: PERSPECTIVAS DE AÇÃO. Ed. SEBRAE, 1995.
- BOLETIM Conjuntura Econômica de M.G. Ano 3, nº 9.
- BOLETIM PED. "Pesquisa de Emprego e desemprego". Ano 4, nº 6, Jun/98.
- PESQUISA Direta. "Perfil das Micro e Pequenas Empresas de Minas Gerais. Julho/97.
- IMPACTO das Medidas Governamentais e perspectivas para 1998. SEBRAE/1997.

3-FONTES ORAIS

ENTREVISTAS/TRABALHADORES E TRABALHADORAS:

- Adilson: pedreiro autônomo, 35 anos, casado pai de dois filhos.
- Amélia: ex-costureira autônoma, 52 anos de idade, amasiada, 5 filhos. Atualmente trabalha como auxiliar de serviços gerais em um frigorífico.
- Aparecida: costureira, atualmente trabalhadora/pequena proprietária.
- Batista: casado, 53 anos, pai de 4 filhos, atua como vendedor de passes de ônibus na Praça Tubal vilela.
- Celestina: costureira atualmente contratada em pequena confecção, registrada em carteira, amasiada, 4 filhos.
- Edsonina: costureira, que sempre foi autônoma com 57 anos de idade, casada.
- Eliana: camelô, solteira, 30 anos. Passou a atuar no setor depois da implantação dos camelódromo.
- Francisca: costureira contratada em pequena confecção, no momento da entrevista era presidente do sindicato das costureiras.
- Genóia : costureira que sempre foi autônoma, separada, 2 filhos.
- Heloísa: costureira, atualmente terceirizada, mãe de Laura, 35 anos de idade, separada, 7 filhos.
- Isoldina: costureira, atualmente como trabalhadora/pequena proprietária, mãe de Maria Abadia, casada, 2 filhos.
- Laura: costureira, filha de Heloísa, atualmente trabalha com a mãe, 16 anos de idade, sem filhos.
- Marcos: 25 anos, solteiro, pai de dois filhos, trabalha como camelô desde os 20 anos.
- Maria Abadia: costureira, atualmente terceirizada, 32 anos de idade, separada, 1 filho.
- Maria Rosa: costureira, atualmente trabalhando pelo sistema de facção, 36 anos, separada, 2 filhos.

- Marilda: costureira, atualmente terceirizada, 38 anos de idade, separada, 2 filhos.
- Oséias: pedreiro autônomo, 44 anos, casado pai de dois filhos.
- Reis: Pedreiro, casado, pai de 2 filhos, 52 anos.
- Sandra: costureira, atualmente trabalhando pelo sistema de facção, 32 anos, separada, sem filhos.
- Silvana: costureira contratada em pequena confecção, sem registro em carteira, 30 anos de idade, casada.
- Suely: costureira atualmente contratada em pequena confecção, registrada em carteira, 23 anos de idade, solteira.
- Wagner: Pedreiro Asulejista (de acabamento), casado, pai de três filhos, atualmente trabalha como autônomo, 28 anos.
- Vendedor
De Passes: atua na Praça Tubal Vilela. 48 anos de idade, casado, pai de quatro filhos. Pediu para não ser identificado.
- Obs: Também foram trabalhadas entrevistas colhidas por Edimilson Lino e Luciane Alves Martins.**

ENTREVISTAS/PROPRIETÁRIAS (os)

- Sônia: proprietária de pequena confecção que não utiliza a força de trabalho terceirizada.
- Suely: proprietária de pequena confecção que utiliza mão-de-obra terceirizada.
- Walter: proprietário de pequena empresa de vendas e de manutenção de equipamentos para costura.
- Douglas: proprietário de confecção. Empregava na época da entrevista 20 funcionárias.
- Ataliba: Assessor do Sindicato das indústrias de Vestuário de Uberlândia.
- Altair: micro empresário do setor da construção civil, 45 anos, casado, pai de três filhos.

4-OUTRAS FONTES:

Arquivo Público Municipal: especificamente, a coleção do jornal Correio de Uberlândia; Revista Dystak's; Revista flasch; Revista Uberlândia 96

Arquivo do Sindicato: das Indústrias de Vestuário de Uberlândia.

Arquivo do Sindicato: dos Trabalhadores das Indústrias de Vestuário de Uberlândia.

Documentos pessoais das costureiras: recibos, fotos.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Alice Rangel de Paiva. **O AVESSO DA MODA – TRABALHO A DOMÍLIO NA INDÚSTRIA DA CONFECÇÃO**. São Paulo: Hucitec, 1986.
- ALBERTI, Verena. **HISTÓRIA ORAL. A EXPERIÊNCIA DO CPDOC. R. J.:** Editora Fundação Getúlio Vargas, 1990.
- ANTUNES, Ricardo. **ADEUS AO TRABALHO?: ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**, 2ª ed., SP, Cortez, 1995, 155 p.
- BIHR, Alain. **DA GRANDE NOITE À ALTERNATIVA: o movimento operário europeu em crise**. São Paulo: Boitempo Editorial, 1998.
- CASTORIADIS, Cornelius. **A INSTITUIÇÃO IMAGINÁRIA DA SOCIEDADE**. Paz e Terra. RJ, 1975.
- CATANNI, Antonio David. (org.) **TRABALHO E TECNOLOGIA: DICIONÁRIO CRÍTICO**. Petrópolis: Vozes/Ed. UFRGS, 1997.
- COSTA, Emília Viotti da. “A Dialética Invertida: 1960-1990, in: **REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA**, nº 27, S.P, Marco Zero, 1994.
- FENELON, Déa Ribeiro. **TRABALHO, CULTURA E HISTÓRIA SOCIAL: PERSPECTIVAS DE INVESTIGAÇÃO** . Projeto História nº 4, PUC - S.P.
- FERREIRA, M. de Moraes & AMADO, Janaina (orgs). **USOS E ABUSOS DA HISTÓRIA ORAL**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- FORRESTER, Viviane. **O HORROR ECONÔMICO**. São Paulo: Ed. UNESP, 1997.

- GORZ, André. **ADEUS AO PROLETARIADO: PARA ALÉM DO SOCIALISMO**. RJ, Forense/Universitária, 1987
- HIRATA, Helena S. (org.). **SOBRE O MODELO JAPONÊS**. SP, Editora da Universidade de São Paulo, 1993.
- HOBBSBAWM, Eric. **MUNDOS DO TRABALHO**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- MÉSZÁROS, István. **A NECESSIDADE DO CONTROLE SOCIAL**. 2ª ed. S.P.: Ensaio, 1993.
- NEVES, Frederico de Castro. "Economia moral *Versus* Moral Econômica (ou: o que é economicamente correto para os pobres?)". in: **REVISTA PROJETO HISTÓRIA**, nº 16, fev/98.
- NIETHAMMER, Lutz. "Para Qué Sirve la História Oral? in. **HISTÓRIA Y FUENTE ORAL**. Publicaciones Universitat de Barcelona. Espanha. 1990.
- OFFE, Claus. **CAPITALISMO DESORGANIZADO**. São Paulo: Brasiliense, 2ª ed., 1994.
- PAOLI, Maria C. "Trabalhadores Urbanos na Fala de Outros. Tempo, Espaço e Classe Operária Brasileira". In: **CULTURA & IDENTIDADE OPERÁRIA**. Marco Zero, 1987.
- PEDRÃO, Fernando. "A Informalidade". In: **RAÍZES DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO**. São Paulo/Salvador: Hucitec/EDUFBA, 1996.
- PERROT, Michelle. "As Três Eras da Disciplina Industrial na França do século XIX". In: **OS EXCLUÍDOS DA HISTÓRIA: OPERÁRIOS, MULHERES, PRISIONEIRO**S. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.